

PMPI Plano Municipal pela Primeira Infância Benevides

2022 - 2032



Imagem: Prefeitura de Benevides

Luziane Solon
Prefeita

Edivana Lima
Vice Prefeita



Secretariado

Luiza Euclídia de Lima Solon

Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SEMTEPS

Maria do Socorro Fernandes de Oliveira

Secretaria Municipal de Educação – SEMED

Rodrigo Batista Balieiro

Secretaria Municipal de Saúde – SEMSA

Luzileide Solon Franco

Gabinete da Prefeita

Alexsandra da Silva Souza

Secretaria Municipal de Finanças – SEFIN

Edivana Lima

Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento – SEMAGRI

Josué Lacerda Pompeu

Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Welton Rodrigo da Silva Neves

Secretaria Especial de Planejamento e Desenvolvimento Econômico – SEPLADE

Leonardo Paniagua Sales da Silva

Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo – SEMMAT

Mauro Silva de Souza

Secretaria Municipal de Obras, Viação e Infraestrutura – SEMOVI

Rudson Lima de Magalhães Ramos

Secretaria Municipal de Defesa Social, Transporte e Trânsito – SEMDESTRAN

João Jorge Reis Duarte

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer – SECEL

Karla Castilho Moreira de Azevedo

Secretaria Municipal Habitação – SEMHA

Fabio Marcel Paula de Carvalho

Secretaria Municipal da Juventude - SEMJUV

Equipe Técnica de Elaboração

Eliana Catarina Gouveia Leite
Francilene Sodré da Silva
Jaqueline Rufino de Aviz
Kelly Lene Lopes Calderaro
Lucélia Tavares
Marcelo de Carvalho Motta
Márcia Cristina Leal Góes

Michelle do Vale Oliveira
Miguel Gonçalves Sepêda Filho
Nívea Conceição Dos Passos Sena
Railaine Nunes Lucena
Raimara Nunes Lucena
Régia Darc de Lima Ribeiro

Comitê Gestor Intersetorial para a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância

Eliana Catarina Gouveia Leite
Régia Darc de Lima Ribeiro
Raimara Nunes Lucena

SEMTEPS

Kelly Lene Lopes Calderaro
Francilene Sodré da Silva
Miguel Gonçalves Sepêda Filho

SEMED

Sharlene de Nazaré Hungria Lima
Davi Machado da Costa

SEMCEL

Claudio Lima Assunção
Mauro Lucas Begot Ressureição Sequeira
Luciclea Alves Ferreira

NINDEP

Lucélia Tavares
Nívea Conceição dos Passos Sena

SEMDESTRAN

Rogério José Parreira
Driele Stefani Navegantes

SEMMAT

Milton Vinicius Amorim de Oliveira

SEMA

Dione Silva de Oliveira
Paloma Goes Viana

SEFIM

Carlos Ramon da Silva Villas

SEMAGRI

Marcelo Gomes de Freitas
Pamela da Silva Amaral

SEPLAD

Karla Castilho Moreira de Azevedo
Jorzimaira Costa Andrade

SEMHA

Jaqueline Rufino de Aviz
Railane Nunes Lucena

SEMSA

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Consultoria

CECIP Centro de Criação de Imagem Popular

Consultor técnico

Ricardo Oliveira

Edição

Daniela Tafuri

Revisão

Angelita Hermann, Bianca Antunes,
Isabella Gregory, Márcia Cristina Thomazinho e
Laboratório da Cidade: Lucas Nassar, Lygia Nassar
e Taynara Gomes

Design e diagramação

Roberta Guizan

Imagens

Prefeitura de Benevides

Apoio

Urban95 | Fundação Bernard van Leer

"A arte do brincar traz a forma mais genuína da criança se conectar com o mundo, e revela o poder de imaginar as coisas e os lugares na sua essência, de forma mais divertida e mais bonita." (Autor desconhecido)

Sumário

1		Apresentação
2		Introdução
4		Caracterização do Município
10		Importância da Primeira Infância
12		Princípios e Diretrizes
15		O Município e a Primeira Infância
16		Benevides, a Primeira Infância e a Urban95
20		Escuta das crianças para o PMPI
24		Programa Primeiro Afeto
25		Eixos estratégicos
27		Eixo 1: Assistência Social e a criança
38		Eixo 2: Cidade, meio ambiente e a criança
48		Eixo 3: Cultura, esporte e lazer e a criança
55		Eixo 4: Educação Infantil e a criança
69		Eixo 5: Saúde e a criança
87		Monitoramento e avaliação
89		Agradecimentos
90		Referências bibliográficas

Apresentação

A priorização da primeira infância é uma estratégia inteligente para obtenção de sucesso social, cultural e econômico, superior a qualquer outro investimento. Para as crianças nessa faixa etária, mais importante do que preparar o futuro é atuar no presente. Elas precisam viver o agora de forma justa, plena e feliz.

Na perspectiva de assegurar os direitos garantidos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional e no Marco Legal da Primeira Infância, o município de **Benevides** assumiu o compromisso de priorizar as políticas direcionadas às crianças de zero (0) a seis (6) anos de idade. E nesse sentido, em 2021 estabeleceu parceria com a Fundação Bernard Van Leer, a partir da iniciativa Urban95, executada pelo CECIP Centro de Criação de Imagem Popular, que contribuiu com assessoria técnica para elaboração deste Plano Municipal Pela Primeira Infância, com período de vigência de agosto de 2022 a julho de 2032.

O Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) tem importância fundamental, por ser um instrumento técnico e político, construído a várias mãos e mentes, envolvendo, além das crianças, técnicos/as e gestores das diversas secretarias municipais, representantes da sociedade civil, conselheiros tutelares, Conselho de Direitos e Câmara de Vereadores, que atuaram com a expectativa de garantir a ampliação e o cumprimento das políticas públicas, tendo como foco a execução de ações que proporcionem o gozo pleno dos direitos das crianças da primeira infância na Assistência Social, Cidade e Meio Ambiente, Cultura, Esporte e Lazer, Educação e Saúde. O plano propõe e estabelece objetivos, metas e ações, que devem atender as necessidades apresentadas para esse segmento no nosso município.

É justo registrar a relevante contribuição da Fundação Bernard Van Leer, que tem desempenhado papel importante no apoio a estas ações em Benevides e em outros municípios espalhados por todas as regiões do Brasil. E também do CECIP Centro de Criação de Imagem Popular, parceiro estratégico nesta ação, que ofereceu suporte técnico-formativo e material em todo processo de elaboração do nosso PMPI.

Por fim, saudamos o envolvimento, compromisso e atuação dos membros do Comitê Gestor Intersetorial para a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância, assim como das equipes técnicas e, principalmente, da gestora municipal, que sempre enxergou a Primeira Infância como prioridade na cidade.

Comitê Gestor Intersetorial para a Política Municipal Integrada pela Primeira Infância

Introdução

O Plano Municipal Pela Primeira Infância de Benevides se estrutura em dois fundamentos principais: o Diagnóstico Situacional da Primeira Infância e o Quadro Operativo. No primeiro, são indicadas as diversas situações vivenciadas pelas crianças de zero a seis anos, nas diferentes áreas, a partir dos dados coletados em fontes secundárias e primárias. No segundo, são apresentadas as principais ações a serem implementadas pelo poder público no período de 10 anos, distribuídas em cinco eixos estratégicos, que são: ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CRIANÇA; CIDADE, MEIO AMBIENTE E A CRIANÇA; CULTURA, ESPORTE E LAZER E A CRIANÇA; EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA E SAÚDE E A CRIANÇA. O quadro operativo está organizado nos seguintes componentes: objetivos, ações, metas, indicadores, prazos, orçamento, executores e os corresponsáveis. A opção pela utilização do quadro operativo como ferramenta se deve ao entendimento de que sua configuração engloba um conjunto de componentes que facilita o processo de execução, monitoramento e avaliação do plano.

O plano tem como base os seguintes parâmetros legais e estratégicos: Constituição Federativa do Brasil de 1988; Estatuto da Criança e do Adolescente, Marco Legal da Primeira Infância, planos municipais de Educação, de Saúde e de Assistência Social e Plano Nacional pela Primeira Infância.

A proteção integral de bebês e crianças, a condição de sujeitos de direitos, a prioridade absoluta e a condição peculiar de pessoas em desenvolvimento estão consideradas no Plano Municipal pela Primeira Infância, somadas à necessidade da prática da intersetorialidade para otimizar e potencializar a efetiva execução do PMPI nos dez anos de sua vigência.

No processo de elaboração do PMPI, o município definiu algumas premissas importantes, que orientaram todas as fases da construção do plano e contribuíram para que ele possa ser reconhecido como um plano participativo, exequível e que estabelece o compromisso da gestão municipal com a primeira infância.

- A) Considerar a primeira infância como prioridade absoluta e materializar essa compreensão em ações concretas, em políticas públicas;
- B) Incluir as crianças no processo de elaboração do plano, respeitando as faixas etárias e especificidades (escuta das crianças);
- C) Realizar um diagnóstico da situação da primeira infância no município, entendendo o conhecimento da realidade como um elemento fundamental para o planejamento de ações necessárias, prioritárias e exequíveis;
- D) Entender que o planejamento de ações deve estar associado à questão orçamentária, posto que, sem isso, sua execução pode ser comprometida ou inviabilizada;

E) Compreender que as ações e recursos previstos no plano devem ser incorporados nos planejamentos programáticos e orçamentários das secretarias municipais, caso contrário, sua execução será inviável;

F) Garantir um processo participativo, que promova o envolvimento de vários atores e sujeitos governamentais e não governamentais;

G) Organizar um processo de monitoramento geral da execução do plano, que incorpore ações de monitoramento do Conselho de Direitos, dos conselhos setoriais, da sociedade civil e, principalmente, das secretarias executoras das ações e das crianças.

Caracterização do Município

História

Benevides é conhecida como “o berço da liberdade”. Foi a cidade pioneira no estado do Pará e a segunda do Brasil a libertar pessoas escravizadas. Nos registros da sua história, Benevides surge como uma colônia agrícola, que foi reconhecida como povoado, sob a invocação de São Miguel Arcanjo, por meio de um ato da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de junho de 1878. Os trabalhos históricos de Theodoro Braga informam que, em 30 de março de 1884, com a presença do então presidente da Província do Grão Pará, o General Visconde de Maracaju, foi realizada uma sessão solene, na qual foi concedida a liberdade a todas as pessoas escravizadas residentes no território.

Relata-se que o ato teve como cenário a sede da Sociedade Libertadora de Benevides, alcançando enorme repercussão, a ponto de atrair para o lugar uma grande quantidade de escravizados que se encontravam na condição de fugitivos em outras localidades. A libertação concedida provocou uma concentração de mão de obra que foi empregada nas atividades agrícolas, fazendo Benevides progredir. O nome de Benevides se constitui numa homenagem prestada ao Governador Francisco de Sá e Benevides.

O município foi fundado em 29 de dezembro de 1961, podendo ser considerado um município ainda jovem, com pouco mais de meio século de emancipação, que se apresenta muito pulsante e potente, características reforçadas pelo seu lema “Liberta et labor”, que significa “Liberdade para trabalhar”.

Fonte: Site do município

Localização

Benevides é um município do estado do Pará, na região Norte do Brasil, integrado à região metropolitana de Belém. Localiza-se a uma latitude 01°21'41" sul e a uma longitude 48°14' 41" oeste, estando a uma altitude de 28 metros. Os municípios limítrofes são Ananindeua, Marituba, Santa Bárbara do Pará e Santa Isabel do Pará. A distância da capital é de 25 km e a cidade está localizada a 35km de um dos pontos turísticos mais visitados do Pará, a Ilha do Mosqueiro, em Belém, que tem mais de 20 praias fluviais.

Pontos turísticos

Benevides tem uma população de 64.780 habitantes, segundo estimativa do IBGE em 2021 e se destaca pelo extrativismo de açaí e madeira.

A cidade é conhecida, principalmente, por seus igarapés, atrativos naturais de grande riqueza, bastante visitados pela população local, porém pouco pelos turistas. No distrito de Benfica, a orla às margens do Rio Benfica é outro forte atrativo para a região. Apesar de a orla ter uma extensão pequena, é para lá que os turistas se dirigem no distrito. O espaço possui bar e lanchonete e, aos finais de semana, há programação com música ao vivo.

Além do Rio Benfica, há uma variedade de outros igarapés, distantes cerca de 20 minutos por via terrestre não sinalizada e não asfaltadas, de piçarra na maioria de sua extensão. Os principais igarapés de Benevides são Taiassuí I, II e III e Igarapé da Belágua. Em Benfica, existe o Igarapé do Balneário PacaZas.

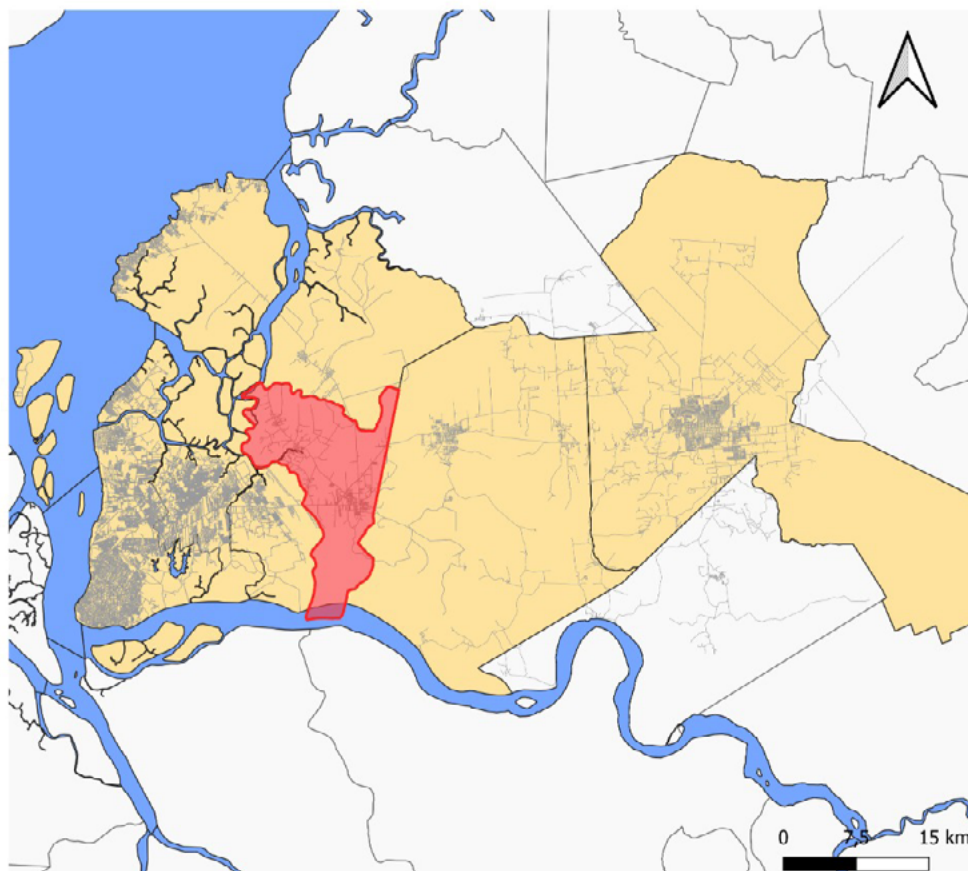
No Centro Integrado de Conhecimento de Benevides, o acervo da biblioteca conta com mais de cinco mil livros. O espaço disponibiliza acesso à internet e lá funciona o curso pré-vestibular municipal.

O Círio de Benevides, que acontece no mês de julho, em homenagem à padroeira da cidade, Nossa Senhora do Carmo, tem público estimado em dois mil fiéis durante a caminhada. Em Benfica, o Círio ocorre no mês de dezembro e, além da procissão pelas ruas, homenageando a padroeira dos Benfiquenses, Nossa Senhora da Conceição, também é realizada uma romaria fluvial, que percorre as águas do Rio Benfica.

Organização territorial do município

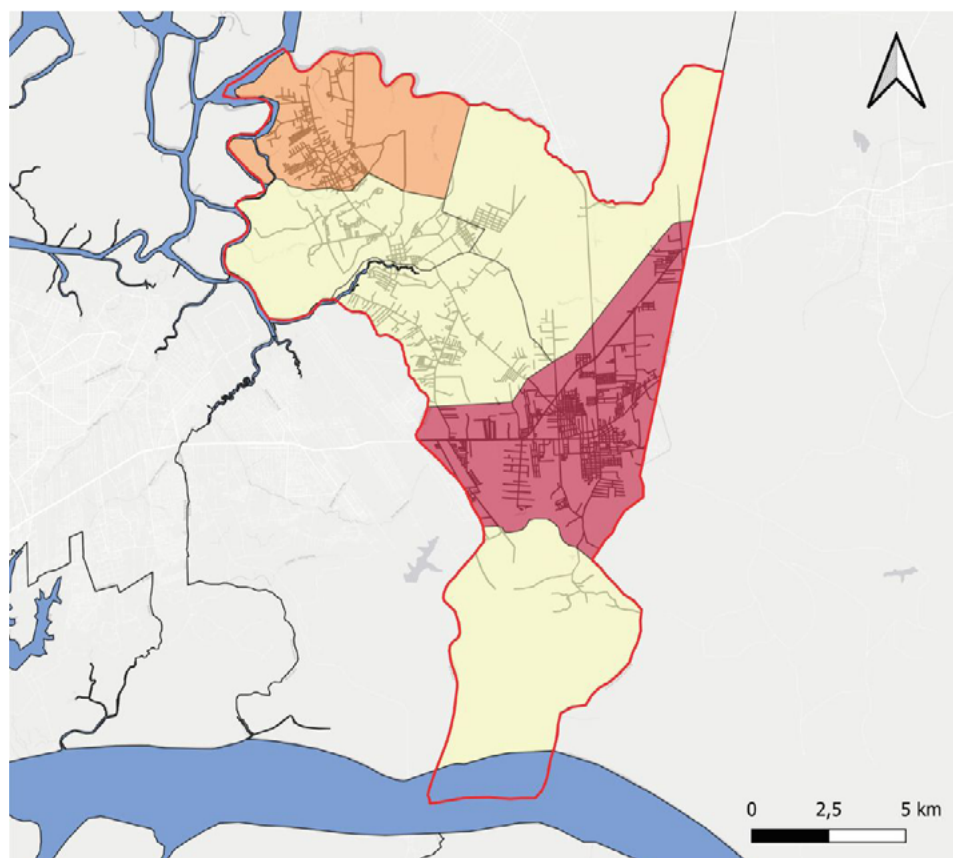
Direção Belém – Benevides, via BR 316: o município é dividido por bairros, a saber: Campestre; Canutama; Presidente Médici; Santa Rosa; Independente; Begolândia; Novo Brasil; Centro; Duque de Caxias; Das Flores; Madre Tereza; Santos Dumont; Liberdade; Maguari; Terceira Travessa; Taiassuí e Paricatuba.

Direção Benevides – Belém, via BR 316: o município é dividido por distritos administrativos: **a)** Distrito Administrativa de Santa Maria (DASMA); **b)** Distrito Administrativa de Benfica (DABEN); **c)** Distrito Administrativa de Murinin (DAMU) e Distrito Administrativo Sede.



LEGENDA

- Limite Benevides
- Ruas
- Região Metropolitana de Belém
- Rios



Legenda

- Quantidade de Crianças
- 91 - 755
 - 755 - 1420
 - 1420 - 2084
 - 2084 - 2749
 - 2749 - 3413
 - Limite Benevides
 - Ruas
 - Rios



Índice de Desenvolvimento Humano

No que se refere ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a cidade apresentava, no ano de 1991, IDH de 0,368 e, em 2000, o IDH de 0,529. Nota-se um crescimento significativo, de 0,161 (zero vírgula cento e sessenta e um). Já em 2010, o IDH foi de 0,665. Verifica-se uma redução no crescimento de 0,131 nos últimos 10 anos, no entanto ainda é considerado um IDH médio.

Fonte: Diagnóstico Municipal – Benevides 2022

Demografia

Os indicadores demográficos afirmam que a taxa de urbanização de Benevides, em 2010, era de 51,61% (SEPLAN, 2014). Quanto à população, em 2000, o IBGE registrou 35.546 habitantes; em 2010, 51.651 habitantes; e, em 2021, a população estimada é de 64.780 habitantes, em destaque na Tabela 1. Logo, temos um crescimento populacional médio de aproximadamente 55%, em um período de 21 anos, que gera problemas de cunho socioeconômico e socioassistencial, provocando demandas para o poder público.

Levando em consideração pesquisas do IBGE, até meados de 1990, Benevides estava entre os maiores municípios do estado, ocupando o 10º lugar no ranking populacional do Pará. Contudo, seu desmembramento para compor o município de Marituba o tirou dessa posição. O IBGE afirma também que houve uma redução de 36% de sua população.

Tabela 1: População, Área e Densidade Demográfica 2000 – 2021.

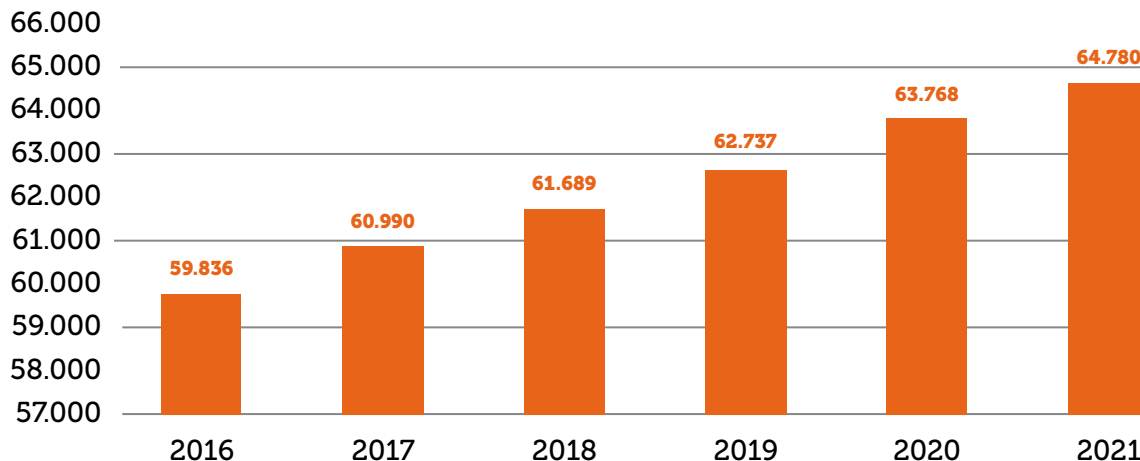
Ano	População (Hab.)	Área (Km²)	Densidade (Hab./Km²)
2000	35.546	176,90	200,03
2010	51.651	187,83	275,00
2021 ⁽¹⁾	64.780	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico – 2000/2010
Elaboração: FAPESPA/SEPLAN
(¹) População Estimada

Na Tabela 1, é possível verificar a evolução da densidade populacional, que, em 2000, era de 200,03 habitantes/ Km² e passa para 328,42 habitantes/Km² em 2018. Isso representa uma evolução de aproximadamente 40% da densidade populacional em 18 anos.

População do município:

Gráfico 1: A evolução da população nos últimos cinco anos.



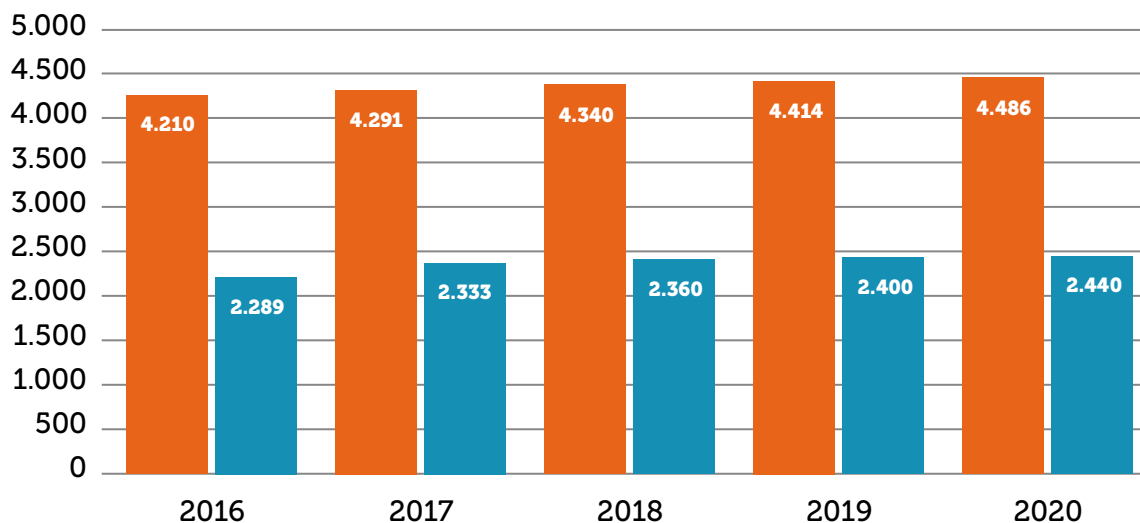
Fonte: IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (População estimada 2021)

No decorrer dos últimos anos, a população de Benevides vem crescendo, em média, cerca de 942 habitantes por ano, a uma taxa média de crescimento de 4,5%. Um ponto fora da curva foi o baixo crescimento populacional entre os anos de 2017 e 2018, com uma média 30% menor que a dos outros anos da série histórica.

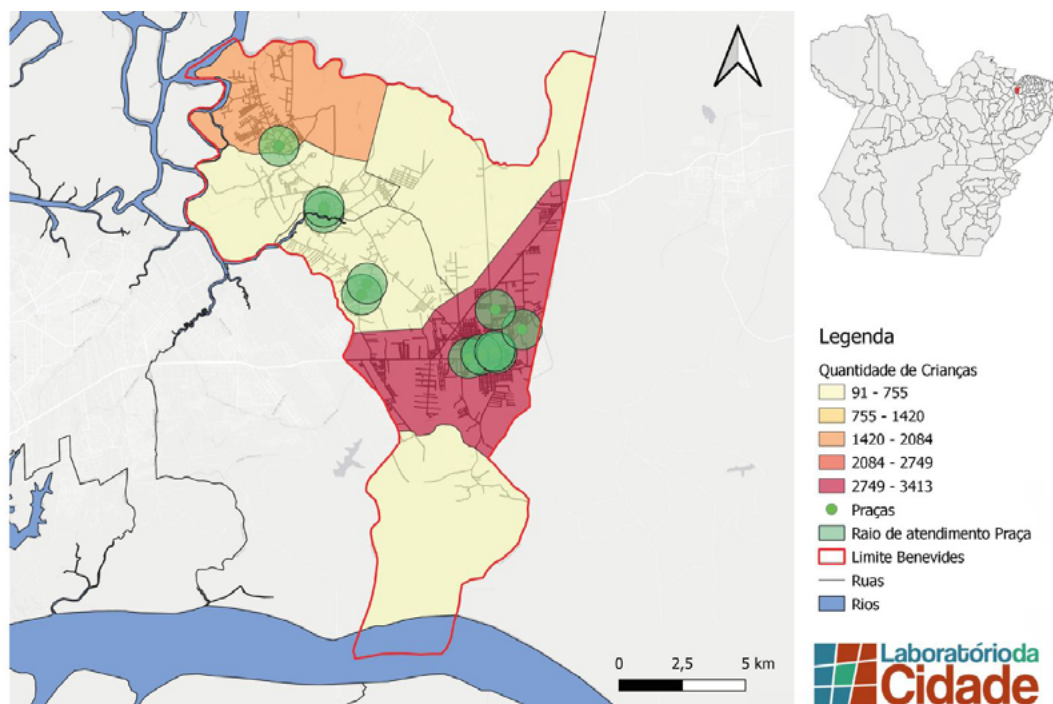
População de crianças na primeira infância:

A evolução demográfica entre as crianças de 0 a 5 anos mostra que, na faixa dos 0 aos 3 anos, houve um crescimento médio de 69 crianças por ano e, em relação às crianças de 4 e 5 anos, essa média foi de 37 a cada ano.

Gráfico 2: População segundo faixa etária



- População segundo faixa etária - zero a três anos de idade
- População segundo faixa etária - quatro a cinco anos de idade



Acima, temos a série histórica da evolução da população de crianças de zero a três anos e de quatro e cinco anos, respectivamente os períodos etários de creche e pré-escola. Interessante ter esse número de crianças nessas faixas etárias sempre em mente, como referência, para que seja possível qualificar e entender as ações nas diversas áreas ou eixos estratégicos do PMPI de Benevides.

Importância da Primeira Infância

Primeira Infância é o nome dado aos primeiros anos de vida de um ser humano, que são marcados por intensos processos de desenvolvimento. É um momento determinante para a capacidade cognitiva e sociabilidade do indivíduo, pois o cérebro absorve todas as informações e as respostas são rápidas e duradouras. Segundo especialistas, bebês e crianças nesta faixa etária precisam de oportunidades e estímulos para que possam desenvolver cada uma das suas aptidões. É uma fase em que as crianças têm aspectos inatos ao seu processo de crescimento, entretanto precisam ser estimuladas para que se desenvolvam adequadamente e de forma saudável.

A primeira infância constitui um período decisivo para a formação de adolescentes e adultos saudáveis, sendo seu cuidado um fator chave reconhecido na erradicação da pobreza e das iniquidades. Os seis primeiros anos de vida são de grande dinamismo, representando o período no qual a criança desenvolve a maior parte de seus circuitos cerebrais.

Estudos demonstram que é durante a primeira infância que o cérebro humano desenvolve a maioria das ligações entre os neurônios. No primeiro ano de vida, o cérebro de um bebê realiza aproximadamente 15 mil conexões neuronais. Até os 3 anos, cerca de 100 bilhões de células cerebrais desenvolvem 1 quatrilhão de ligações. O número é o dobro das conexões de um adulto. Aos quatro anos, estima-se que a criança tenha atingido metade do seu potencial intelectual. Aos seis anos, o número de conexões entre seus neurônios vai para a casa dos trilhões. Estes dados revelam um imenso movimento das sinapses e, consequentemente, do desenvolvimento cerebral durante a infância, como esclarece o pediatra Eduardo Vaz, presidente em exercício da Sociedade Brasileira de Pediatria.

Conforme o neuropediatra do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (UFPR) Sérgio Antonio Antoniuk, também professor do Departamento de Pediatria da mesma universidade, é devido a essa alta do desenvolvimento cerebral durante a primeira infância que a criança precisa ser estimulada, para que a aprendizagem seja favorecida. “Todas as crianças deveriam receber estimulação em casa e, se isso não for possível, é importante que ela frequente creches, com crianças da mesma idade. Ela precisa de estímulos visuais, auditivos, motores, porque não vai aprender tudo sozinha.”

Em outra direção, é possível perceber a importância da primeira infância a partir de diversas áreas do conhecimento, tais como a neurociência e a pedagogia, além de áreas que se dedicam aos estudos em torno do desenvolvimento da sociedade:

A **neurociência** demonstra a influência dos primeiros anos sobre o resto da vida. A maior parte do desenvolvimento do cérebro acontece antes que a criança atinja três anos de idade. As células cerebrais proliferam e os padrões de uma vida inteira são estabelecidos. Desenvolvem habilidades de pensar, falar e aprender – alicerces para seus valores e comportamentos sociais quando adultos. Investir neste segmento é proteção, promoção, prevenção.

A **pedagogia** revela conclusões como: “crianças que frequentam espaços de educação infantil até três anos de idade têm 32% a mais de chance de concluir o ensino médio”. Além disso, segundo James Heckman, Prêmio Nobel de Economia em 2000, tentar sedimentar no adolescente o conhecimento que a ele deveria ter sido apresentado nos primeiros anos de vida é menos eficiente e algo em torno de 60% mais caro. Quanto mais cedo vivências positivas forem proporcionadas, mais saudável será o desenvolvimento humano.

Em relação ao desenvolvimento **social**, as intervenções nos primeiros anos de vida ajudam a reduzir as disparidades sociais e econômicas e as desigualdades de gênero que dividem a sociedade, possibilitando a promoção da inclusão social e a equidade.

No campo **econômico**, conclui-se que o atendimento adequado durante a primeira infância possibilita maior produtividade e melhor padrão de vida na fase adulta, além de economia com despesas ligadas a doenças, reabilitação e repetência escolar. Além disso, estudos constataram que a cada dólar investido em políticas públicas para primeira infância, sete dólares são economizados.

Portanto, garantir os direitos de todas as crianças da primeira infância é promover não somente um futuro melhor para a sociedade, mas efetivamente possibilitar que, no presente, bebês e crianças vivam com dignidade, liberdade, amor e proteção. Assim, investir na primeira infância se tornou uma decisão técnica e política fundamental e as ações definidas neste Plano Municipal Pela Primeira Infância devem ser, de fato, focadas nas crianças de 0 a 6 anos e nos contextos de suas necessidades, desejos e direitos, de suas famílias e de suas comunidades.

Princípios e Diretrizes

A Elaboração do PMPI tem como referência central o Plano Nacional pela Primeira Infância, revisado em 2020 e aprovado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente (CONANDA), uma carta de compromisso do Brasil com suas crianças. O documento traça diretrizes gerais para o governo e a sociedade civil na defesa, promoção e garantia dos direitos das crianças de até seis anos de idade e tem como princípios a prioridade absoluta dos direitos da criança, o respeito à criança como sujeito e indivíduo, a integralidade da criança, o respeito às diversidades étnicas, culturais e geográficas, a inclusão, a integração da visão científica e humanista, a articulação dos entes federados, dos setores da administração pública e entre a sociedade civil e governos (RNPI, 2020).

Em 2016, o país avançou bastante na consolidação de um arcabouço jurídico direcionado à primeira infância, com a aprovação do Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016). Nele, fica explícita a recomendação para que os municípios elaborem o PMPI e garantam a participação das crianças no processo de construção do plano, conforme discorre o seu Artigo 4º, Inciso II, Parágrafo Único:

Art. 4º - II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

Parágrafo único. A participação da criança na formulação das políticas e das ações que lhe dizem respeito tem o objetivo de promover sua inclusão social como cidadã e dar-se-á de acordo com a especificidade de sua idade, devendo ser realizada por profissionais qualificados em processos de escuta adequados às diferentes formas de expressão infantil.

Em termos específicos, os princípios e diretrizes apontados pelo Plano Nacional pela Primeira Infância indicam o acúmulo das experiências, reflexões e avanços nas legislações brasileiras, considerando desde a Constituição Federal até o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Marco Legal da Primeira Infância, um percurso na luta pela garantia dos direitos que permeia o nosso Plano.

Princípios Norteadores

Princípios que deverão orientar as ações de proteção e promoção dos direitos da criança até 6 anos:

1. A criança é sujeito, indivíduo, única, com valor em si mesma.
2. Diversidade étnica, cultural, de gênero e geográfica como traço constitutivo da sociedade e, por inclusão, da infância no Brasil.
3. Integridade da criança.
4. Inclusão de toda criança em todas as circunstâncias de garantia de direitos.
5. Integração das visões científica, ética, política, estética e humanista da criança.
6. Articulação das ações.
7. Sinergia das ações.
8. Prioridade absoluta dos direitos da criança.
9. Prioridade, com destinação privilegiada de recursos, aos programas, serviços e às ações para as crianças socialmente mais vulneráveis.
10. Deveres da família, da sociedade e do Estado.

Diretrizes Políticas

Considerando o papel do Estado como indutor da proteção e cuidado com os bebês, crianças pequenas e seus cuidadores, o plano indica ainda, como diretrizes políticas:

1. Atenção à prioridade absoluta na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), no Plano Plurianual (PPA) e no Orçamento, para atender o que os direitos da criança (e do adolescente) requerem.
2. Articulação e complementação dos planos nacional, estaduais, distrital e municipais pela primeira infância.
3. Manutenção de uma perspectiva de longo prazo.
4. Elaboração dos planos em conjunto: governo e sociedade, gerando corresponsabilidade do Estado, da sociedade e das famílias.
5. Participação do Poder Legislativo no processo de elaboração do plano.
6. Atribuição de prioridade para regiões, áreas geográficas ou localidades com maior necessidade.
7. Participação do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente

Diretrizes Técnicas

1. Integralidade do plano, abrangendo todos os direitos da criança no contexto familiar, comunitário e institucional.
2. Multissetorialidade das ações, com o cuidado para que, na base de sua aplicação junto às crianças, sejam realizadas de forma integrada.
3. Valorização dos processos que geram atitudes de defesa, de proteção e de promoção da criança.
4. Valorização e qualificação dos profissionais que atuam diretamente com as crianças, ou cuja atividade tem alguma relação com a qualidade de vida das crianças de até seis anos. O lema é “cuidar de quem cuida”.
5. Reconhecimento de que a forma como se olha, se escuta e se atende a criança expressa o valor que se dá a ela, o respeito que se tem por ela, a solidariedade e o compromisso que se assume com ela; reconhecimento, também, de que a criança capta a mensagem desses sentimentos e valores pela maneira com que é tratada pelos adultos.
6. Escuta qualificada da criança como sujeito capaz e participante, acolhimento de suas mensagens e resposta a ela sobre a sua participação.
7. Foco nos resultados. São necessárias insistência e persistência para se alcançarem os objetivos e as metas do PMPI.
8. Transparência, disponibilidade e divulgação dos dados coletados no acompanhamento e na avaliação do PMPI.

O Município e a Primeira Infância

É no município que as coisas acontecem. É nele que vivem as pessoas e que estão os serviços e suas realidades mais favoráveis e desfavoráveis. Assim, podemos compreender o município como espaço estratégico. E bebês e crianças devem ter o direito de viver em Benevides da melhor forma, nas melhores condições e com ambientes organizados e pensados para essa faixa etária se desenvolver saudável e feliz.

Na direção do atendimento a essas exigências para a primeira infância, assumimos como prioridade o compromisso de rever o modo de pensar e realizar a política pública no município. Precisamos desconstruir e reconstruir conceitos e é necessário ambientar a primeira infância em todas as áreas da gestão municipal e em cada canto da cidade, transformando os espaços para que respeitem e considerem as crianças nos seus primeiros anos de vida como sujeitos de direito e prioridade absoluta.

O modo de vida das crianças nas cidades tem sido cada vez mais restrito a espaços fechados, em razão de realidades complexas que vão desde a sensação de insegurança no espaço público até a falta de tempo das famílias. O resultado tem sido o confinamento da infância, que vem contribuindo de maneira negativa para o aumento da obesidade infantil e a diminuição da capacidade motora e social das crianças, além de propiciar o surgimento de diversos tipos de violência.

Estudos atestam que o brincar livre e o contato direto com a natureza proporcionam à criança espaço para que ela possa exercitar e dar vazão à sua pulsão pela expansão e movimento, assim como à contemplação, favorecendo o desenvolvimento físico, a imaginação e a criatividade.

O caminho é implementar políticas que pensem em cidades mais verdes e amigáveis às crianças e que distribuam, de forma equitativa, o acesso seguro às áreas verdes e espaços públicos. Para tanto, há alguns pressupostos que precisam ser destacados:

1. Valorização dos espaços públicos como locais mais seguros para a convivência social e para atividades educativas;
2. Aumento e distribuição equitativa das áreas verdes como áreas para brincar;
3. Incentivo à mobilidade ativa; melhores condições de acesso;
4. Segurança e autonomia das crianças nas cidades;
5. Escuta e participação das crianças no planejamento urbano da cidade.

Benevides, a Primeira Infância e a Urban95

O município de Benevides se candidatou e foi selecionado, em 2021, para ser um dos 11 municípios da rede Urban95, uma iniciativa da Fundação Bernard van Leer que pensa a cidade para as crianças e seus cuidadores. Desde então, já foram iniciados e concluídos alguns processos de mudanças com foco na primeira infância, como podemos acompanhar a seguir:

SPA do afeto



O CMEI Jardim das Juritis, que se localiza na COHAB, era uma das unidades que estavam passando por reforma durante o período pandêmico. A partir das vivências com a Urban95, sua arquitetura recebeu proposta lúdica diferenciada e o espaço passou a contar com a novidade do SPA do afeto, que possibilita às crianças terapia de relaxamento em piscina.

Depois de Boa Vista, em Roraima, Benevides é o segundo município do Brasil e o primeiro no estado do Pará a oferecer, em uma unidade escolar, este ambiente inovador para as crianças.

O projeto arquitetônico e todo o mobiliário da unidade estão sob a perspectiva das lentes da primeira infância.

Escuta de crianças para a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana

O Plano de Mobilidade Urbana de Benevides foi pensado com participação inédita das crianças, como mais uma das iniciativas da Urban95 no município, e contou com a articulação de várias secretarias municipais. A Secretaria Municipal de Educação – SEMED, em parceria com a Secretaria Municipal de Defesa Social, Transporte e Trânsito – SEDESTRAN, reuniu crianças da Rede Municipal de Ensino – RME, na UPEIF Fiore, no bairro Maguari, para dialogar sobre como as crianças veem a cidade, a partir do momento em que elas saem de casa e vão para a rua.



Nessa linha, o município começa a materializar uma sistemática de escuta das crianças da primeira infância, para envolvê-las em toda e qualquer ação de governo que seja direcionada a elas. Possibilitar o direito à participação passa a ser uma premissa da gestão municipal.

“Pensar a cidade com políticas públicas voltadas para a primeira infância é pensar no desenvolvimento das habilidades, como as sociais, emocionais, cognitivas e motoras, das crianças. Para planejar a escuta das crianças, a SEMED contou com apoio do CECIP Centro de Criação de Imagem Popular, que acompanha as ações Urban95 em Benevides”. (BENEVIDES, 2021).

Atividade ao ar livre: desemparedamento para a aprendizagem

A atividade reconhece a escola como um lugar de encontro entre pessoas, mas também com a natureza. Local que direciona caminhos no processo de ressignificação dos espaços escolares como lugares potenciais. Essa conexão favorece o desenvolvimento e aprendizado das crianças, sobretudo na primeira infância. Diante deste cenário, prático e conceitual, a natureza é importante aliada, promovendo aumento da imunidade, vitalidade e bem-estar para as crianças, que chegam às escolas com corpos e espíritos ávidos por movimento e acolhimento.

No cotidiano com a natureza, os bebês e crianças pequenas cuidam do quintal, observam insetos, ouvem os pássaros, sentem o vento, ouvem os sons das plantas balançando, reparam se está sol, nublado, ou se vem chuva, percebem a passagem do tempo, regam, plantam, colhem, comem. E refletem sobre a vida e a sua relação com o meio ambiente.

Os laços mais estreitos com a natureza nos ensinam que fazemos parte dela. Colaboram para construção e ampliação de nossa consciência pessoal, de nossa ligação com o planeta e de nosso compromisso e responsabilidade com o meio ambiente. Não basta falar sobre as plantas, pintar árvores, escutar histórias e ver nos livros. Para preservar o meio ambiente, é necessário vivenciar e sentir.

Em Benevides, a proposta é o desemparedamento das infâncias, para que o aprendizado, lúdico e conceitual, também venha a acontecer fora das salas de aula, nos pátios ecológicos das escolas. Trata-se de um projeto que se inicia nos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI) e nas Unidades Municipais de Educação Infantil (UMEI), como primeira etapa. Na segunda etapa, será estendido para as Escolas Municipais de Educação Infantil e Fundamental (EMEIF).

Desta forma, em médio prazo, todas as escolas com Educação Infantil estarão inseridas na perspectiva da aprendizagem com a natureza. A proposta está em execução e objetiva-se ampliar a política pública, fomentando o desemparedamento das infâncias na Rede Municipal de Educação de Benevides/PA.

Intervenções do Pé de Infância no Centros de Educação Infantil

O objetivo das intervenções do Pé de Infância é transformar os caminhos mais simples em brincadeiras de criança, para atrair bebês e crianças pequenas, provocar interesse e engajar os cuidadores. A iniciativa traz o uso de uma linguagem visual e verbal acessível e cativante para a população em geral. As intervenções transformam os caminhos, propondo brincadeiras e diminuindo o impacto de uma "cidade de pedra", além de estabelecer conexões saudáveis entre cuidadores e suas crianças.

Em Benevides, a proposta de intervenções se inicia nos CMEIs, com equipamentos e pinturas em seu interior e no entorno. O objetivo é que todos os centros, unidades e escolas que contem com a etapa de Educação Infantil recebam estas intervenções. Como proposta municipal, a ideia é que os caminhos que ligam os equipamentos de educação, saúde, meio ambiente, a prefeitura e os demais equipamentos municipais estejam interligados por estes trajetos lúdicos e repletos de aprendizados e conexões.

Pé de Infância é uma ação desenvolvida em parceria com os especialistas em mudanças de comportamento da organização Allma Hub Criativo, a campanha disponibiliza um kit de ferramentas, materiais de comunicação e estratégias que buscam promover interações positivas entre os cuidadores, seus bebês e crianças pequenas.

Escuta das crianças para o PMPI

Pensar a cidade a partir da perspectiva das crianças é parte fundamental da construção do Plano Municipal pela Primeira Infância. E, em Benevides, elas participaram do processo em uma escuta realizada pela equipe da Secretaria Municipal de Educação, em 03 de agosto de 2022, no CMEI Jardim das Juritis.

A proposta era ouvir o que cada criança gostaria que existisse em sua cidade.

A ação contou com atividades de musicalidade e contação de histórias. As crianças desenharam a cidade e falaram sobre desejos para o município que possibilitassem vivências com suas famílias e amigos. Também responderam a perguntas sobre o que gostariam de construir se fossem prefeito (a) de Benevides.

Entre os principais desejos, apareceram ideias como: parques, brinquedos, roda gigante, “casa na árvore” e uma cidade iluminada.



Kaleo: “Se eu fosse prefeito ia fazer um parque com um armário para que as crianças pudessem guardar suas coisas, um relógio para marcar o tempo para que cada criança pudesse se divertir e areia para o parque ficar mais bonito”.

Deisiane: “Uma cidade cheia de amigos”.



Luanne: "Uma roda gigante".



AGATHA EMANUELLY

Agatha: "Uma árvore gigante com uma casa na árvore".

Kevin: "Parque, muitos brinquedos, bonecas, carros, casinha e moto".

Kaleo: "Uma cidade iluminada, e um guarda roupa".



Programa Primeiro Afeto

Benevides inicia um grande trabalho para cuidar, de forma integral, das crianças e famílias em alto grau de vulnerabilidade social e econômica. Vai ser um conjunto de ações e inovações para proteger e criar um ambiente favorável, desde a gravidez até o 24º mês de vida, fase decisiva para a formação do ser humano.

A Prefeitura de Benevides está conectada com avançados estudos da neurociência, que comprovam que o cérebro das crianças passa por uma intensa fase de amadurecimento entre a gestação e os 2 anos, o que determina uma grande capacidade de absorção do ambiente. Por isso, é preciso muito cuidado com os estímulos durante essa fase, especialmente em relação a traumas e situações negativas.

Nesse período, as sinapses (comunicação entre os neurônios) se desenvolvem por meio das interações que estimulam os sentidos, como o tato, a audição e a visão. Isso possibilita à criança se perceber no mundo e também perceber o outro.

A meta da Prefeitura de Benevides é evitar problemas que possam causar danos para o resto da vida e permitir que todo bebê seja uma criança saudável, com grande capacidade de estudar e brincar, para se tornar um jovem fortalecido e um adulto preparado para os embates da vida.

EIXOS ESTRATÉGICOS

Eixos estratégicos, contextos e quadro operativo por área

Agora vamos apresentar os eixos estratégicos, o diagnóstico específico por eixo e seu quadro operativo, onde descrevemos as ações prioritárias para superar os principais problemas e desafios identificados no diagnóstico.

A colocação do diagnóstico dividido pelos eixos estratégicos objetiva facilitar a leitura da realidade e das propostas de mudança, numa linha de correspondência mútua entre o problema levantado e a solução apontada. Assim, será possível garantir um processo de acompanhamento, avaliação e revisão do plano, que poderá facilitar as atualizações diagnósticas e correções de rumo nos quadros operativos, no decorrer da execução.

Em termos práticos, os eixos seguem demonstrados em ordem alfabética, destacados em cores específicas, sendo eles os seguintes:

1. **ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CRIANÇA;**
2. **CIDADE, MEIO AMBIENTE E A CRIANÇA;**
3. **CULTURA, ESPORTE E LAZER E A CRIANÇA;**
4. **EDUCAÇÃO INFANTIL E A CRIANÇA;**
5. **SAÚDE E A CRIANÇA.**

Cada eixo tem uma pequena introdução, seguida do diagnóstico e do quadro operativo. A intenção é que os/as leitores/as e executores/as possam ter uma visão completa por eixo estratégico, que permite, no mesmo bloco, acessar o diagnóstico específico com seus desafios priorizados e, logo em seguida, o quadro operativo com o conjunto de objetivos, ações e metas a serem alcançadas no decorrer do período de execução do plano. Nesse formato, é possível a rápida identificação da relação entre o problema revelado pelo diagnóstico e a solução apresentada no quadro operativo, possibilitando maior e melhor entendimento, análise e reflexão. Além de facilitar as contribuições nos períodos demarcados de monitoramento, avaliação e revisão do PMPI.

Importante dedicar especial atenção ao **Quadro Operativo II, no Eixo 3: Cultura, Esporte e Lazer e a Criança**. Nele estão desenvolvidas ações planejadas a partir de propostas das crianças, durante a escuta realizada no município. No quadro, assim como nos desafios deste eixo, as questões colocadas pelas crianças aparecem em destaque.

Eixo 1

Assistência Social e a criança

Introdução

A Política de Assistência Social se organiza de forma descentralizada, voltada para um modelo de gestão participativa, sendo de competência dos três níveis de governo a sua organização, execução e financiamento.

O SUAS organiza as ações da Assistência Social em dois tipos de proteção social. A primeira, denominada de Proteção Social Básica, atua com natureza de prevenção de situações de risco, por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se a famílias e/ou indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos familiares, ou de pertencimento social.

A segunda, identificada de Proteção Social Especial, atua com natureza protetiva, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, uso de drogas, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, rompimento ou fragilização de vínculos, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida protetiva de acolhimento e/ou socioeducativa e também pelo descumprimento de medidas socioeducativas.

No Município de Benevides, a Política de Assistência Social, por meio da SEMTEPS, foi criada pela Lei Municipal 901 de 16 de dezembro de 1996, consolidada pela Lei Municipal nº 1.100, de 02 de abril de 2013, considerado o marco legal da implantação do Sistema Único de Assistência Social-SUAS em Benevides/PA. Deste modo, a SEMTEPS atua de forma estratégica e metodológica, seguindo o que é estabelecido pela legislação do SUAS e PNAS, foca suas atividades nos serviços, programas, projetos e benefícios, direcionados aos grupos prioritários de famílias e indivíduos, conforme suas necessidades e território em que vivem.

Contexto

O papel estratégico do SUAS na promoção do desenvolvimento da primeira infância, especialmente a partir do trabalho social com as famílias, constitui-se em um braço fundamental para o atendimento dos indivíduos nessa faixa etária, considerando a integralidade de suas demandas.

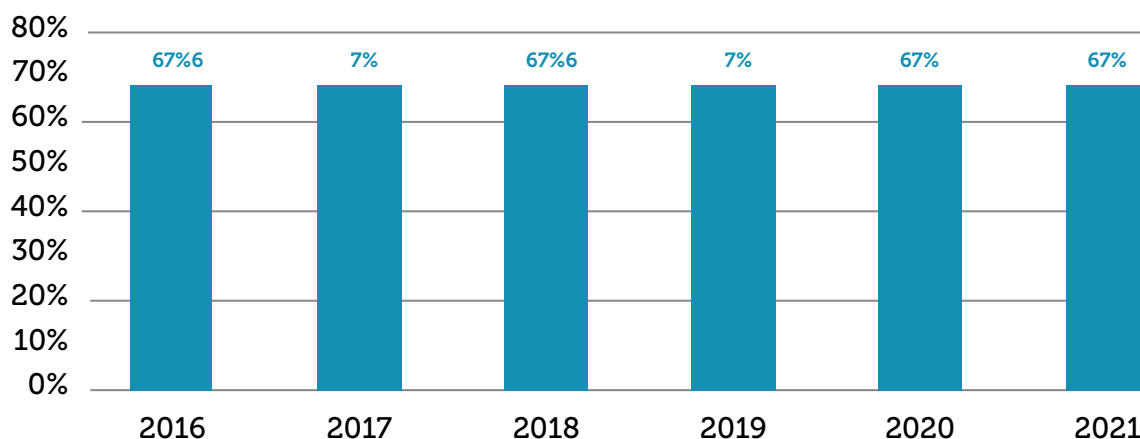
As ações da Assistência Social voltadas à Primeira Infância consideram todo o contexto familiar e comunitário. Para além da garantia dos direitos sociais das crianças e dos demais membros que integram as famílias, a condição peculiar de dependência da criança e as singularidades devem ser reconhecidas, inclusive quanto aos aspectos nas demandas de cuidado, pois a chegada de um bebê não planejado ou a frustração de expectativas, somadas à necessidade de promover mudanças nas dinâmicas familiares, podem desencadear ou acentuar fragilidades nos vínculos.

Em muitas situações, o contexto de vulnerabilidade social e territorial, aliado à fragilidade dos laços familiares e comunitários, podem contribuir para tornar mais complexas as adaptações demandadas pela chegada de um novo membro. O papel da política pública de Assistência Social é intervir no contexto de vulnerabilidades em que essas famílias estão inseridas, desenvolver ações que previnam a fragilização de vínculos e minimizem os riscos.

No ano de 2021, a Vigilância Socioassistencial foi reestruturada no espaço físico da SEMTEPS, visando orientar a equipe técnica da SEMTEPS, na busca por instrumentos eficazes para a identificação de indicadores, que favorecem a Gestão da SEMTEPS na construção e implementação da Política de Assistência Social.

Como prevê a PNAS (Brasil, 2004), o município de Benevides tem o papel de ofertar, organizar e gerir a dinâmica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Para operacionalização das suas atividades, a Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social – SETEMPS possui 07 prédios, sendo 05 próprios (1 para a sede SEMTEPS; 1 CRAS-Flores; 1 de funcionamento da Casa do Cidadão; 1 no Distrito do Benfica e 1 outro no Bairro do Maguari onde funciona o Núcleo de Inclusão e SCFV) e 04 alugados (1 CREAS; 1 CRAS - Murinin; 1 Centro de Convivência Núbia Moreira e 1 Conselho Tutelar), onde funcionam os serviços socioassistenciais.

Gráfico 3: Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social



Fonte: Ministério da Cidadania: Censo SUAS e Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) / IBGE: Estimativas da população.

A cobertura dos CRAS, levando em consideração o fator amazônico e a não abertura para novas pactuações por parte do Governo Federal, de acordo com os dados, é insuficiente desde 2016, com 67% de cobertura. E se manteve nesse percentual até 2021, revelando que um terço da população dentro dos critérios de atendimento está com baixa cobertura do serviço, o que agrava a situação de vulnerabilidade das famílias. Como estratégia, uma vez que não existe em curto prazo a possibilidade de pactuação visando a ampliação de novos CRAS a partir da partilha com o Governo Federal, a Gestão Municipal tem organizado ações planejadas em áreas com baixa cobertura do serviço, objetivando o combate ao agravamento das descobertas.

É relevante salientar que estão prescritas no PPA (2022-2025) e já em execução ações estratégicas denominadas de: Equipes volantes/CRAS, que objetivam abranger as áreas com baixa cobertura (Benfica, Santa Maria e Murinin).

Informações importantes: Em Benevides existem 5 núcleos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças na primeira infância. Em 2021, não foram registrados óbitos de crianças nessa faixa etária.

Proteção Social Especial - Média Complexidade

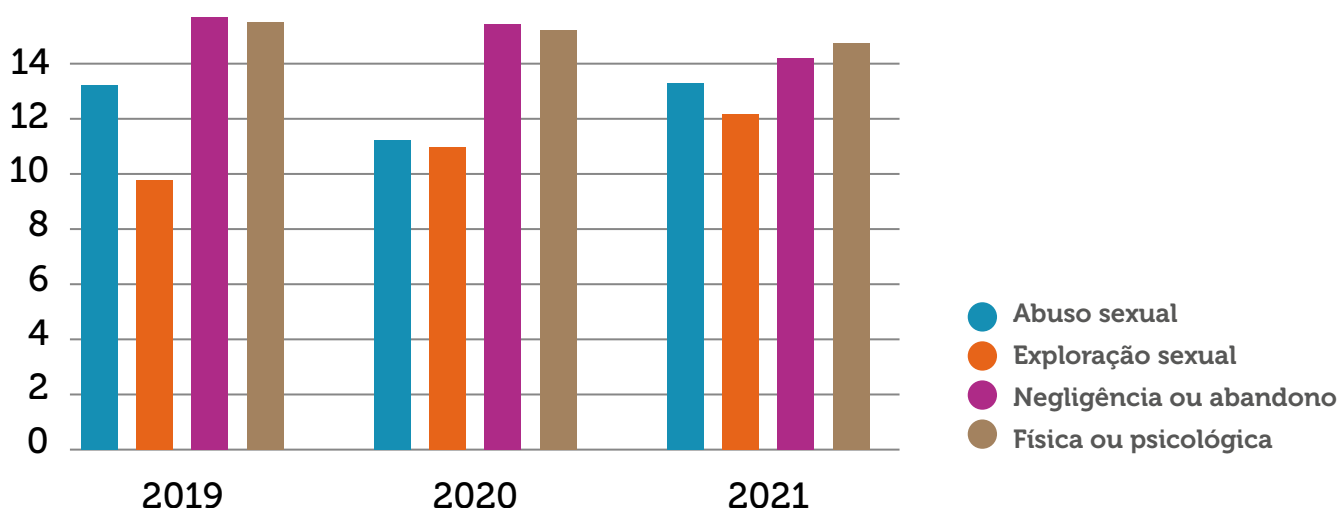
Violência contra crianças na primeira infância:

O CREAS é uma unidade pública estatal de abrangência municipal que tem como papel constituir-se como locus de referência, nos territórios, da oferta de trabalho social especializado no SUAS (Lei nº 12.435/2011) a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social por violação de direitos.

Em 2021, crianças deram entrada no CREAS para atendimento, mas não foram notificados casos de violência, contra crianças na primeira infância (Fonte: RMA-Agregado / CREAS). Quanto a ações frente a este tema, Benevides na atual gestão, executa anualmente, a Campanha de Enfrentamento à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes (18 de maio), a Campanha de Combate ao Trabalho Infantil (12 de junho) e os 16 dias de Ativismo.

Baseando-se nos dados do Estado do Rio de Janeiro quanto ao Programa de Atenção à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência (FIA/RJ) é possível traçar o perfil daqueles que mais sofrem com agressões e abusos. No estudo citado, foi possível identificar que, em 58% dos casos, as crianças estão na faixa etária de 0 a 6 anos. O principal tipo de violência é o abuso sexual (49,3%), seguido pela violência psicológica (24,4%), violência física (15,6%) e negligência (10,7%). (Cida Vidigal – Edição Brasil – Publicado em 14 de maio de 2021).

Gráfico 4: Violência contra crianças na primeira infância



Fonte: CREAS Municipal.

Ao considerarmos a informação acima, merece atenção a finalização do fluxo e o funcionamento das responsabilidades do SGD frente a baixa notificação criminal quanto aos casos de violência contra crianças da primeira infância. Este dado pode representar um nível de subnotificação frente a engrenagem de proteção do público, demonstrando a necessidade de intensificação do registro nas devidas competências e a interlocução entre os atores do SGD.

Trabalho Infantil:

Tabela 2: Número de casos de trabalho infantil de crianças até 12 anos.

sexo	2019	2020	2021
feminino	1	0	0
masculino	0	0	0
totalização	1	0	0

Fonte: RMA-Agregado / CREAS

O dado que informa não haver nenhum caso notificado de trabalho infantil envolvendo crianças entre 0 e 12 anos em 2020 e 2021 é preocupante, pois é possível que este pode não representar a realidade, revelando considerável nível de subnotificação, uma vez que possíveis denúncias/notificações não estão sendo devidamente registradas, principalmente se observada a tendência de aumento do trabalho infantil nos últimos dois anos frente a pandemia, quebrando um ritmo de queda que já atingia quase duas décadas. A gestão apresentou ao CMDCA uma Proposta de Fluxo para Denúncias e Encaminhamentos e aguarda retorno sobre o tema visando a necessária aplicabilidade de forma efetiva.

Fortalecendo as estratégias de combate com Campanhas, Ações e Informações acrescida do fortalecimento das ações em rede, apresentar-se como estratégia frente a questão a formulação de instrumental de coleta de dados já elaborado e instalado para utilização pelo Conselho Tutelar, sendo iniciativa da atual gestão tal estratégia.

Segundo relatório do UNICEF em conjunto com a OIT, as últimas estimativas globais indicam que o número de crianças em trabalho infantil aumentou para 160 milhões em todo o mundo – um aumento de 8,4 milhões nos últimos quatro anos. O relatório alerta ainda que, globalmente, 9 milhões de crianças correm o risco de ser empurradas para o trabalho infantil até o final de 2022, como resultado da pandemia. As medidas contra essa realidade, que vinham tendo progresso, estão estagnadas pela primeira vez em 20 anos, revertendo a tendência anterior de queda. Entre 2000 e 2016, houve uma diminuição de 94 milhões de crianças no trabalho infantil. A partir de 2020, no entanto, registou-se um aumento substancial no número de crianças de 5 a 11 anos nesta situação.

É bem verdade que estes dados geralmente são contabilizados a partir dos 5 anos de idade, o que nos leva a concluir que, na faixa etária entre 5 e 6 anos, há um índice significativo de crianças vítimas do trabalho infantil. E, nessa idade, sabemos que as consequências podem ser e são extremamente nocivas, inclusive com sérios riscos de vida.

Em Benevides, no ano de 2021, foi realizada a Campanha de Erradicação do Trabalho Infantil, no dia 12 de junho - Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil, sendo que no presente ano a Campanha ganhou as ruas novamente.

Informações importantes: O Município não participa do Programa Criança Feliz, pois a gestão anterior cancelou o convênio. Atualmente as visitas domiciliares ocorrem conforme Busca Ativa em demanda do CRAS. Em 2020, havia 899 crianças de 0 a 6 anos não beneficiárias do Programa Bolsa Família e inscritas no CadÚnico e 27 crianças recebendo BPC – Fonte: CadSUAS/2021. Com a mudança para o Programa Auxílio Brasil ocorreu alteração nestes dados. A gestão tem feito todos os esforços para retornar ao PCF

Proteção Social Especial - alta complexidade:

Benevides está em fase inicial para a implantação do Serviço Família Acolhedora, pois até o ano de 2021 este tema não fazia parte do Plano Plurianual de Assistência. Nota-se que, neste mesmo ano, o município teve registro de crianças em situação de acolhimento por meio das redes de serviços compostas pela Associação Projeto Visão Águia (Lar “Aba Pai”), com sede na cidade. Outras crianças em situação de acolhimento são também encaminhadas ao Lar Acolhedor da Tia Socorro, localizado no distrito de Mosqueiro, em Belém, sendo que, atualmente, tanto o Plano do Serviço de Acolhimento, quanto o de Convivência, estão em fase de elaboração.

Desafios priorizados

Violência contra crianças – Combater a subnotificação;

Insuficiência na Intersetorialidade no Sistema de Garantia de Direitos

Extrema subnotificação do trabalho infantil.

Qualificação do fluxo de atendimento intersetorial

Discutir a insuficiente na intersetorialidade do SGD fluxo;

Cobertura do CRAS - insuficiente desde 2016 pela falta de ampliação de meta do Governo Federal (67% de cobertura)

Qualificação do CRAS - Fortalecer as capacitações;

Qualificação do Conselho Tutelar - Fortalecer as capacitações dos Conselheiros (e fluxos);

Quadro operativo

Quadro I

área temática	Violência contra crianças na primeira infância
problemática	Subnotificação de casos de violência contra a criança de 0 a 6 anos
indicador do diagnóstico	Baixo percentual de notificação
objetivo	Ampliar em 60% as notificações

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Realização de campanhas de prevenção e enfrentamento a violências contra crianças de até 6 anos Mapeamento do quantitativo de casos de violência contra crianças de até 6 anos nos territórios Levantamento dos territórios com alto índice de situações de violência (física, psicológica, omissiva ou negligência e sexual) contra crianças de até 6 anos	10 Campanhas específicas e sistemáticas sobre a prevenção e enfrentamento a violência contra primeira infância, realizadas Todos os territórios com maior índice de violência (física, psicológica, omissiva ou negligência e sexual) contra crianças de até 6 anos identificados	Aumento em 06% ao ano da notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes	Notificação dos casos de violência contra crianças na primeira infância elevada em 60%	12% até 2024 + 24% até 2028 + 24% até 2032	Governo Estadual e Governo Municipal	SEMTEPS e Conselho Tutelar	SGD

Quadro II

área temática	Intersectorialidade
problemática	Insuficiência na Intersectorialidade no Sistema de Garantia de Direitos
indicador do diagnóstico	Insuficiência de ações integradas com outras Políticas Públicas
objetivo	Consolidar a intersectorialidade nas ações direcionadas a primeira infância

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Articulação das secretarias e das ações estratégicas intersectoriais voltadas à primeira infância e consolidação no plano Intersectorial Mobilização de 100% da Rede de Atendimento a crianças, com ênfase na primeira infância	01 Plano de Ação Intersectorialidade elaborado	60% da Rede de Atendimento envolvida e executando as ações intersectoriais contidas no Plano Intersectorial	Intersectorialidade consolidada em 60% das ações intersectoriais direcionadas a primeira infância	10% em 2024 + 20% em 2028 + 30% em 2032	Federal, Estadual, Municipal ONGS	SEMTEPS	Secretarias Municipais

Quadro III

área temática	Proteção em situação de risco e vulnerabilidade.
problemática	Extrema subnotificação do trabalho infantil
indicador do diagnóstico	Baixo percentual de subnotificação do trabalho infantil
objetivo	Implementar as Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Implementação do AEPETI (Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil)	Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil implementadas e com ênfase na primeira infância	Programa implementado e funcionando 100% Ampliação gradativa da notificação dos casos de trabalho infantil na primeira infância e sua erradicação	Aumento em 70% da notificação dos casos de trabalho infantil na primeira infância e de sua erradicação	10% até 2023 + 20% até 2028 +40% até 2032	Federal, Municipal	SEMTEPS	SGD, MC

Quadro IV

área temática	Fluxo de Atendimento
problemática	Inexistência de fluxo no Sistema de Garantia de Direitos da primeira infância
indicador do diagnóstico	Baixo percentual de referenciamento e contra referenciamento
objetivo	Garantir o funcionamento do Fluxo de Atendimento na Rede de Proteção

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Elaboração do Fluxo de Atendimento a Crianças e Adolescentes com ênfase na primeira infância	01 Fluxo de Atendimento, com ênfase na primeira infância, elaborado	80% dos órgãos e Instituições implementando o Fluxo de Atendimento	Fluxo de Atendimento consolidado no município até 2032	20% até 2023 + 30% até 2026 + 50% até 2032	Federal, Estadual, Municipal, SGD	SEMTEPS	SGD, Órgãos e instituições

Quadro V

área temática	Cobertura do CRAS
problemática	Insuficiência de Cobertura do CRAS
indicador do diagnóstico	Um terço da população dentro do critério de atendimento fora da cobertura
objetivo	Ampliar a cobertura do CRAS em 27% no município

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Realização de ações comunitárias nos territórios com baixa cobertura do CRAS	04 ações por território realizadas anualmente	09% das famílias cobertas nos primeiros três anos e 18% cobertas nos três anos seguintes	Cobertura do CRAS ampliada para 94% até 2028	09% até 2025 + 18% até 2028	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS	Secretarias Municipais e SGD

Quadro VI

área temática	Formação continuada
problemática	Insuficientes capacitações das equipes do CRAS e CREAS e SGD
indicador do diagnóstico	80% das equipes sem formação continuada
objetivo	Aperfeiçoar e qualificar as equipes do CRAS, CREAS e SGD

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Elaboração de um plano de formação continuada para os órgãos e instituições do Sistema de Garantia de Direitos, com ênfase na primeira infância	01 Plano de Formação continuada elaborado	25% das equipes formadas a cada triênio	Equipes formadas e com atuação qualificada em 80% dos serviços até 2028	20% até 2025 + 30% até 2028 + 30% até 2032	Federal, Estadual e Municipal	SEMTEPS	SEASTER, NFPA e ESCOLA DO GOVERNO

Quadro VII

área temática	Crianças em situação de acolhimento
problemática	Ausência do Serviço Família Acolhedora
indicador do diagnóstico	Inexistência do serviço na cidade
objetivo	Implementar o Serviço Família Acolhedora

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Articulação da Comissão de Implantação	Comissão de Implantação instituída	Serviço de Família Acolhedora instituído a partir da Comissão	Serviço de Família Acolhedora implementado no município e cobrindo 100% da demanda	2022	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS	
Promoção de ações de sensibilização com atores estratégicos	100% dos atores estratégicos sensibilizados	100% atores estratégicos envolvidos e contribuindo com a implantação do Serviço de Família Acolhedora	Serviço de Família Acolhedora implementado no município e cobrindo 100% da demanda	2023	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS	Ministério Público

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Definição da forma de execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA)	Forma de execução definida	Serviço de Família Acolhedora executado conforme o formato definido	Serviço de Família Acolhedora implementado no município e cobrindo 100% da demanda	2023	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS	
Aprovação do Projeto de Lei (PL) municipal de criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora	Proposta de PL de criação do Família Acolhedora elaborado	PL aprovado	Serviço de Família Acolhedora implementado no município e cobrindo 100% da demanda	2023	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS Gabinete da Prefeita	Câmara Municipal de Benevides
Inscrição do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora nos Conselhos Municipais	SFA inscrito nos conselhos	Registro do SFA nos Conselhos	Serviço de Família Acolhedora implementado no município e cobrindo 100% da demanda	2023	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS	Ministério Público Juiz da Infância e Juventude Conselhos
Constituição e formação da equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, conforme a OT e NOB-RH/SUAS ¹	Equipe constituída Equipe formada anualmente	100% da equipe contratada. 100% da formação continuada da equipe garantida anualmente.	Serviço de Família Acolhedora implementado no município e cobrindo 100% da demanda	2023	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS	Ministério da Cidadania
Cadastramento do Serviço de Acolhimento em Família	SFA cadastrado no CadSUAS	Registro do cadastramento do SFA no CadSUAS		2023	Federal, Estadual, Municipal	SEMTEPS	

1 Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Resolução conjunta n.º 01, de 18 de junho de 2009. Brasília, CNAS, CONANDA, 2009.

Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Resolução CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

Eixo 2

Cidade, meio ambiente e a criança

Introdução

Em geral, os espaços naturalizados como lugares da infância são a casa e a escola, no âmbito privado; e parques, praças e brinquedotecas, no público. Mais do que locais externos, no entanto, os espaços públicos são aqueles que comportam a organização física, política e cultural da sociedade, sendo a cidade o local primeiro da experiência da cidadania (Rede Nacional Primeira Infância, 2017).

Diferente das áreas de Assistência Social, Educação e Saúde, a área de Cidade e Meio Ambiente, em Benevides, ainda não chegou a um nível de sistematização das ações voltadas à primeira infância que gere dados e informações estatísticas para estudos, assim como para a elaboração de diagnósticos. Os orçamentos direcionados a essa pasta ainda carecem de mais e melhores investimentos, considerando seu papel fundamental no processo de desenvolvimento das crianças na primeira infância.

No processo de elaboração do PMPI, a área vem refletindo e se organizando no sentido de estruturar ações para a primeira infância, ampliando sua atuação e ambientando esta faixa etária dentro do escopo da pasta Cidade e Meio Ambiente.

Importante registrar que o município possui extensa área com muito verde, igarapés e outros espaços naturais que podem ser potencializados na direção da primeira infância. As ações desenhadas no quadro operativo se apresentam com muito potencial para proporcionar à primeira infância de Benevides uma cidade mais acolhedora, com desenho urbano que respeita às crianças nessa faixa etária e com a organização dos espaços e ações de meio ambiente estruturadas para as crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos.

A experiência vivenciada na parceria com a Urban95 tem nos inspirado e possibilitado direcionar esforços, buscar conhecimentos e ajustar o escopo no interior da Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo – SEMMAT, considerando a primeira infância como prioridade e parte fundamental de nossas ações. Assim, esperamos, nesses 10 anos do Plano Municipal pela Primeira Infância de Benevides, consolidar políticas em nosso campo para esse segmento de crianças entre 0 (zero) e 6 (seis).

Com isso, desejamos poder sistematizar toda a experiência, os avanços, dificuldades e desafios presentes nesse percurso de implementação do PMPI no município e ter um diagnóstico da situação da primeira infância na área da cidade e meio ambiente, que poderá servir como base estruturada para desenvolvermos um novo plano para outros 10 anos, colhendo os frutos dessa primeira caminhada.

Contexto

Sobre as iniciativas de Educação Ambiental para crianças de 0 a 5 anos, em 2021 foram realizadas 04 (quatro) ações: Plantando Esperança, junto com a SEMED, que realizou, em alusão ao dia da árvore, um plantio coletivo com toda a rede municipal de ensino, incluindo a que atende a Primeira Infância; Cineminha Ambiental para crianças do SCFV (ICABEL/COHAB) do CRAS Flores, que ocorreu nas dependências físicas da Câmara Municipal de Benevides; Jogos Ambientais - cinco edições no projeto Rua da Gente, com distribuição de mudas ornamentais; e Natal Ambiental, na trilha do Mariópolis, com apresentação do Teatro da Floresta.

A qualidade das águas visíveis na cidade é relativa, dependendo da localização. Nos trechos mais urbanos, a qualidade é mediana. Já os igarapés mais afastados do centro urbano apresentam uma boa qualidade. Os acessos aos rios Benfica e Taiassuí são pela própria orla e os igarapés têm uma boa acessibilidade.

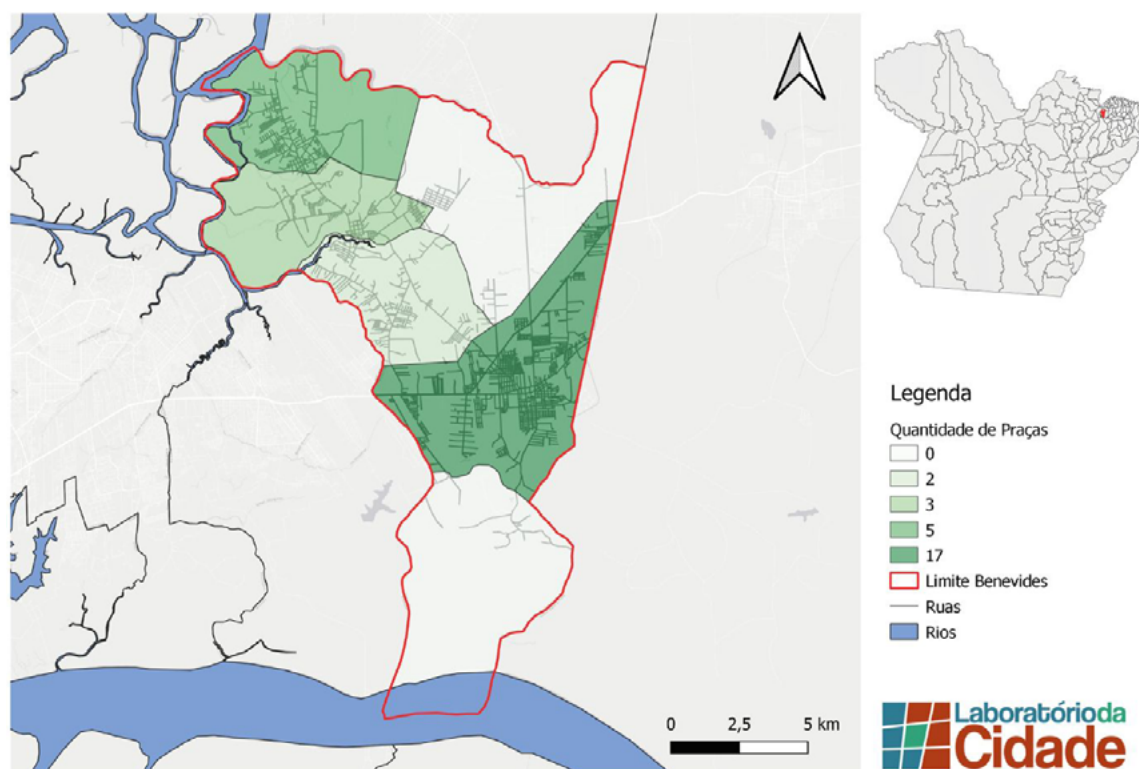
As calçadas, quando existentes, têm em média 1,50m de largura. No entanto, há vias do município em que a calçada é inexistente, tanto na área urbana, quanto na área rural.

No que se refere às medidas de redução de velocidade, a cobertura é baixíssima em relação à dimensão do município. Nos poucos trechos em que estão presentes, há sinalização viária horizontal e vertical, embora em condições bastante precárias. Existem também algumas faixas de pedestres em frente a escolas e a prédios públicos, além de lombadas e quebra-molas informais, feitos pela própria população.

Benevides não possui parques. Tem 27 praças, demonstradas na tabela abaixo, que, em sua grande maioria, são bem antigas e não têm estrutura adequada ao público infantil. Existe a necessidade de revitalização e adequação dos espaços, incluindo instalações mais lúdicas, para atender a primeira infância.

Tabela 3: Praças na área urbana de Benevides por território

Benevides sede e distritos	Bairros e distritos	quantitativo por território
sede	Begolândia	01
	Canutama	01
	Centro	10
	Cohab	01
	Liberdade	01
	Maguari	01
	Médici	01
	Santos Dumont	01
distritos	Benfica	03
	Murinin	05
	Santa Maria	02
totalização	8 bairros e 3 distritos	27



A situação das praças em Benevides requer atenção não só para a primeira infância, mas para o conjunto de seus potenciais usuários. É preciso definir estratégias para mudar essa realidade. E pensar nesses espaços a partir da primeira infância pode ser uma oportunidade para transformações concretas.

Considerar que os espaços públicos das cidades são elementos presentes na vida social das crianças tem central relevo em possibilidades lúdicas, com implicações nos usos e vivências não só das crianças, mas dos cidadãos em geral. Os usos diferenciados dos espaços urbanos, com grande variabilidade de encontros, ampliam as possibilidades formativas à luz das experiências diversas. No caso de crianças, isso ganha em importância pelos contatos, relações e posições nas interações que tomam e vivenciam nesses espaços públicos. Por isso, praças e parques públicos acessíveis ao maior contingente populacional possível implicam em maiores e mais profundos processos formativos a partir dos momentos de lazer. (COTRIM & BICHARA 2013). [...] Nesse sentido, a praça é também testemunho de uma vivência e memória coletiva, um espaço que suporta um conjunto de práticas sociais" (BARBINI & RAMALHETE, 2012, p. 236-7).

Na perspectiva da cultura de sustentabilidade, alguns projetos foram desenvolvidos em anos anteriores, mas agora estão em fase de planejamento ou de discussão sobre sua continuidade:

Projeto ECOCINE: exibição de filmes ambientais infantis (continuidade em discussão);

Projeto Trilha Sustentável: objetiva sensibilizar as crianças por meio de apresentação teatral em percurso da trilha ambiental, trazendo conceitos e práticas sustentáveis a partir de uma linguagem lúdica e infantil. Obteve excelente resultado, mas está em elaboração de plano anual;

Projeto Plantando Esperança: desenvolve conceitos sobre a importância da arborização na cidade, bem como os benefícios da ação de plantar;

Construção do Eco Parque: espaço ambiental voltado a crianças da primeira infância e seus cuidadores, que vem sendo discutido junto à administração, inclusive em relação à necessidade de apoio para se tornar realidade;

Jogos ambientais: dinâmicas pedagógicas voltadas para crianças, com distribuição de mudas ornamentais. Projeto atrelado ao Rua da Gente, que necessita de trabalho para captação de mudas.

No universo de serviços, programas e projetos, para além dos mencionados acima, o município desenvolve ainda: Teatro Ambiental; Rua da Gente; Recuperação de Nascentes e Igarapés e Escola Trânsito.

É importante registrar que, no conjunto das ações, fica evidenciado que é preciso estudar, refletir e elaborar ações específicas para a primeira infância, consolidando seu lugar na área da Cidade e Meio Ambiente do município. A necessidade de especificar e sistematizar as ações e atividades voltadas a esta faixa etária é um ponto estruturante para instituir a primeira infância como público estratégico da pasta, pela importância fundamental de suas ações no desenvolvimento das crianças.

Desafios priorizados

Ausência de projetos de educação ambiental dirigidos para primeira infância;

Ausência de espaços ambientais (Bosques e Parques) dirigidos para primeira infância;

Poucas ações ambientais para a primeira infância.

Quadro operativo

Quadro I

área temática	Inclusão Ambiental						
problemática	Ausência de espaços ambientais adaptados para primeira infância						
indicador do diagnóstico	A inexistência dos mesmos						
objetivo	Criar dois bosques						
ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Construção do Ecoparque	Um espaço ambiental construído no centro da cidade	Espaço ambiental Adaptado para atender crianças e seus cuidadores	Criação de um referencial ambiental voltado para a primeira infância	Até 2024	SEMMAT	SEMMAT	SEMMAT
Revitalização do Bosquinho de Benfica	Um espaço ambiental de apoio para os distritos	Atendimento de crianças e seus cuidadores nos distritos	Um ponto ambiental à disposição dos distritos	Até 2025	SEMMAT	SEMMAT	SEMMAT
Implementação do Projeto Plantando Esperança	300 mudas arbóreas, frutíferas e ornamentais plantadas anualmente no Eco-parque e Bosquinho de Benfica	300 crianças envolvidas anualmente no plantio das mudas	3000 mudas arbóreas, frutíferas e ornamentais plantadas até 2032, com 3000 crianças na primeira infância atendidas	Até 2032	SEMMAT	SEMMAT	SEMMAT

Quadro II

área temática	Educação Ambiental
problemática	Ausência de profissionais especializados para atender a primeira infância
indicador do diagnóstico	Poucas crianças atendidas devido ao quadro reduzido de funcionários
objetivo	Ampliar e qualificar o quadro funcional para atuar na primeira infância

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Contratação de profissional de pedagogia Realização de formação sobre a primeira infância	1 Pedagogo (a) com especialização em educação infantil contratado 1 formação anual sobre a primeira infância realizada	Quadro funcional ampliado e qualificado para atender a primeira infância	SEMMAT com quadro ampliado e qualificado para atuação junto a primeira infância	Contratação de pedagogo(a) até 2023	SEMMAT	SEMMAT	Secretaria de Educação Ministério do Meio Ambiente Instituições da Sociedade Civil

Quadro III

área temática	Educação Ambiental
problemática	Ausência projetos e ações específicas de EA para Primeira Infância
indicador do diagnóstico	Poucas crianças atendidas
objetivo	Adaptar e criar novos projetos de EA para Primeira Infância

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Adaptação dos jogos ambientais e a criação de brinquedoteca. Estimulação da consciência ambiental nos espaços educacionais	150 crianças envolvidas nas atividades das visitas educativas, trimestrais, as unidades educacionais da primeira infância (CMEIS, UMEIS e FUND 1)	600 crianças atendidas anualmente com atividades ambientais de caráter lúdica	6.000 crianças na primeira infância estimuladas e com consciência ambiental, até 2032	De 2023 a 2027 (3.000 crianças) De 2028 a 2032 (3.000 crianças)	SEMMAT	SEMMAT	SEMMAT SEMED e SEMTEPS

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Adaptação do ECOCINE para exibição de curta metragem de caráter infantil e ambiental	Exibir filmes de curta metragem de caráter infantil e ambiental 10 exibições anuais de curtas para crianças na primeira infância realizadas com temas ambientais	Realizar 10 exibições anuais para 30 crianças por sessão 30 crianças acessando as exibições por sessão	3.000 crianças até 2032 300 sessões até 2032 e 90% das crianças acessando as exibições e com sua consciência ambiental alargada.	De 2023 a 2032	SEMMAT	SEMMAT	SEMMAT SEMED e SEMTEPS
Realização de trilhas ambientais	Trilhas ambientais com crianças da primeira infância, realizadas trimestralmente	100 crianças atendidas no 1º ciclo 300 crianças atendidas no 2º ciclo 900 crianças atendidas no 3º ciclo	80% das crianças envolvidas nas trilhas compreendendo e respeitando a natureza e o meio ambiente	2022 a 2023 2024 a 2026 2027 a 2032	SEMMAT	SEMMAT	SEMMAT SEMED e SEMTEPS
Criação de um grupo de teatro Ambiental Municipal	1 Grupo de Teatro com especialidade em temáticas ambientais, criado	1 produção teatral com temas ambientais criada por ano 10 apresentações realizadas por ano para crianças na primeira infância, envolvendo 100 crianças por apresentação	90% das crianças envolvidas acessando o tema do meio ambiente e ampliando sua consciência ambiental	Até 2023 montar o grupo de teatro De 2024 a 2032 realização das apresentações	SEMMAT	SEMMAT	SEMMAT SEMED e SEMTEPS

Quadro IV

área temática	Trânsito e Transporte
problemática	Infraestrutura
indicador do diagnóstico	Número de sinistros de trânsito
objetivo	Qualificar a acessibilidade e qualidade de vida em 300 km das vias municipais

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Realização de pavimentação asfáltica, incentivo ao piso tátil, ciclovia, ciclofaixa, calçadas, passeios, sinalização horizontal e vertical e ações de acalmamento das vias	300 km de vias estruturadas com pavimentação asfáltica, incentivo ao piso tátil, ciclovia, ciclofaixa, calçadas, passeios, sinalização horizontal e vertical, no município	100 km de vias estruturadas e qualificadas a cada 3 anos	Acessibilidade qualificada em 300 km das vias municipais até 2032	100 km até 2025 + 100 km até 2028 + 100 km até 2032	Secretaria de Obras e Secretaria municipal de trânsito	Secretaria de Obras Municipal e Estadual	Secretaria municipal de trânsito e Governo do estado

Quadro V

área temática	Trânsito e Transporte
problemática	Inexistência de uma sistemática de formação para educação no trânsito
indicador do diagnóstico	Baixo número de ações na educação
objetivo	Reduzir os sinistros de trânsito com crianças em 50% no município

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Criação de um cronograma anual escolar para se trabalhar a educação para o trânsito na educação infantil Mapeamento das estatísticas de sinistros de trânsito envolvendo crianças em 2022 no município	100% das creches e CMEIS envolvidas na educação de trânsito nas escolas e com cronograma escolar elaborado	60% das crianças na educação infantil instruídas sobre educação de trânsito	Sinistros de trânsito envolvendo crianças reduzidos em 50% até 2032	10% até 2024 + 20% até 2028 + 20% até 2032	Secretaria Municipal de Educação e Secretaria	SEMED e SEDESTRAM	Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Secretaria Municipal de Planejamento e Finanças

Eixo 3

Cultura, esporte e lazer e a criança

Introdução

Em Benevides, a Cultura, o Esporte e o Lazer são exemplos de áreas em que a sistematização das ações voltadas à primeira infância ainda não permite gerar dados e informações estatísticas para estudos e diagnósticos aprofundados. A cidade, assim como a maioria das cidades brasileiras, ainda lida com dificuldades de orçamento para garantir a estruturação de políticas públicas voltadas à cultura e ao esporte e ao lazer enquanto direitos, e mais ainda para a primeira infância.

A infância é especialmente prejudicada, entre todos os grupos e categorias sociais excluídas, quer pela relativa invisibilidade face às políticas públicas e aos seus efeitos, quer porque é geralmente excluída do processo de decisão na vida coletiva (Sarmiento et. al, 2007, pp. 183).

Segundo Carvalho e Vargas (2010), somente com a Constituição Federal de 1988 o lazer e os esportes foram compreendidos como direitos no Brasil. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal nº. 8.069, de 1990, em seu artigo 4º, faz referência à responsabilidade da família, da comunidade, da sociedade e do poder público para com a criança e com a garantia de seus direitos, dentre eles o lazer e os esportes, em condição de prioridade absoluta

Em resumo, podemos compreender que as referidas áreas no município podem e devem se reinventar e ambientar a primeira infância de forma mais efetiva, considerando ações programáticas, estruturação orçamentária e a criação de mecanismos e procedimentos de sistematização e de banco de dados que permitam colocar essa política fundamental no contexto da primeira infância.

No processo de elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, a área vem se organizando no sentido de estruturar ações para a primeira infância, ampliando sua atuação e ambientando esta faixa etária dentro da Diretoria de Esporte e Lazer.

A escuta das crianças para a estruturação de uma política de cultura, esporte e lazer que esteja também direcionada à primeira infância pode inspirar e contribuir efetivamente para uma mudança significativa na área. Associa-se a isso a necessidade de estudos aprofundados sobre o esporte e lazer e a primeira infância, principalmente pelos profissionais da área, além da contratação de quadros para atuar junto a esse grupo.

Contexto

O Estado e, por conseguinte, o município não disponibiliza materiais digitais, como jogos e filmes, mas, em parceria com o grupo de teatro e dança, oferece ações culturais voltadas especialmente à primeira infância, utilizando a literatura infantil como principal ferramenta. Também não existem ações continuadas voltadas a gestantes e puérperas, considerando a perspectiva das ações intersetoriais.

Especificamente em relação ao Esporte e Lazer, as ações para este público vêm ocorrendo, em sua maioria, em parceria com outras secretarias, como Assistência Social, Cultura, Educação e Saúde, numa perspectiva intersetorial, mas ainda pouco expressiva. Praticamente não existem ações de esporte e lazer específicas e de promoção direta direcionadas à primeira infância.

Alguns projetos relacionados à cultura vêm se desenvolvendo na cidade com atividades específicas para a primeira infância: Projeto Rua da Gente edição especial Dia das Crianças, que ocorreu em três momentos distintos, de maneira itinerante, no centro, bairros vizinhos e distritos; Projeto Rua da Gente edição especial de Natal, com uma programação de 20 dias voltada às famílias, que teve a primeira infância como foco; e a ação grafitando o mundo fantástico da criança. A Semana do Bebê é promovida pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMTEPS, com a participação das demais secretarias municipais.

Desafios a serem superados pela área da Cultura, Esporte e Lazer relacionados à Primeira Infância:

Desafios priorizados

Readaptar espaços para trabalhar com atividades lúdico esportivas e culturais com foco na primeira infância;

Incluir ações com foco na primeira infância no planejamento anual da Secretaria;

Captar recursos para além da esfera Municipal com foco na primeira infância;

Instituir parque de diversões itinerante, com casinha, diversos brinquedos (carros, motos, piscinas de bolas, brinquedão com múltiplas possibilidades etc.). Entre outros com características regionais;

Instalar relógio educativo, casa da árvore, guarda volumes e caixa de areia nos parques e praças do município.

Quadro operativo

Quadro I

área temática	Cultura, Esporte e Lazer						
problemática	Insuficientes e inexistentes espaços para trabalhar com atividades lúdicas esportivas e culturais com foco na primeira infância						
indicador do diagnóstico	Baixo número de espaços com atuação de atividades para primeira infância						
objetivo	Readaptar espaços para trabalhar com atividades lúdico esportivas e culturais com foco na primeira infância						
ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Adaptação dos espaços sob a administração da Secretaria SECEL, para que possam receber atividades lúdico esportivas e culturais com foco na primeira infância	Espços readaptados para desenvolver atividades culturais, esportivas para primeira infância	70% dos espaços readaptados para atender a primeira infância	70% dos espaços adaptados desenvolvendo ações para primeira infância de forma sistemática	Dois espaços até 2025 + Dois espaços até 2028; + Dois espaços até 2032	Emendas Parlamentar Prefeitura Municipal	SEMOVI Prefeitura Municipal	SEMOVI Prefeitura Municipal

Quadro II

área temática	Espaços e logística de lazer e entretenimento						
problemática	Ausência de logística de lazer e entretenimento nos parques e praças de acordo com os desejos das crianças na primeira infância						
indicador do diagnóstico	Necessidade de logística de lazer e entretenimento nos parques e praças						
objetivo	Garantir o desenvolvimento saudável das crianças na primeira infância de Benevides a partir das estruturas permanentes e itinerantes de lazer e entretenimento em parques e praças do município						
ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Aquisição ou contratação de parque itinerante com casinha e diversos brinquedos (carros, motos, caixa de bolas, brinquedão com múltiplas possibilidades etc.)	Comunidades, territórios com parque itinerante instalado e disponibilizado 01 vez por mês	80% das crianças da primeira infância, das comunidades e territórios usufruindo do parque itinerante	80% das crianças na primeira infância do município se desenvolvendo de forma saudável a partir do direito ao brincar, ao lazer e ao entretenimento até 2028	Até 2023 experiência piloto em 01 parque Até 2026 em 50% dos parques ou praças	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer Secretaria de Obras	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	Secretaria de Gestão e Meio Ambiente Ministério afins Iniciativa privada
Instalação de relógio, casa da árvore, caixa de areia e guarda volume nas praças e parques	60% das praças e parques urbanos do município com relógios, casa da árvore, caixa de areia e guarda volume implementado	80% das crianças na primeira infância acessando os equipamentos instalados nos parques e praças	80% das crianças na primeira infância dessas localidades se desenvolvendo de forma saudável nos praças e parques	Até 2028 em todos os parques ou praças com suporte para a ação	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer Secretaria de Obras	Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer	Secretaria de Gestão e Meio Ambiente Ministério afins Iniciativa privada

Quadro III

área temática	Cultura, Esporte e Lazer
problemática	Insuficientes ou inexistentes ações com foco na primeira infância no planejamento anual da Secretaria
indicador do diagnóstico	Necessidade de considerar o segmento da primeira infância no planejamento das ações da secretaria, anualmente
objetivo	Garantir a primeira infância no planejamento anual da Secretaria

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Inclusão de ações com foco na primeira infância no planejamento anual da Secretaria	70% das ações desenvolvidas pela secretaria, readaptadas para atender a primeira infância	Ampliação em 50% do público da primeira infância nas ações da secretaria	Primeira infância presente de forma estratégica e permanente nos planejamentos programáticos e orçamentários da secretaria e na vivência prática de todas suas ações (eventos, campeonatos, feiras culturais, competições)	Anualmente no período do planejamento; No ciclo orçamentário (PPA, LOA, LDO)	SECEL Prefeitura Municipal	SECEL Prefeitura Municipal	SECEL SEMTEPS SEMED Prefeitura Municipal

Quadro IV

área temática	Cultura, Esporte e Lazer						
problemática	Necessidade de recursos para além da esfera Municipal com foco na primeira infância						
indicador do diagnóstico	Inexistência de recursos privados e de outras fontes públicas na esfera estadual e federal, direcionados à primeira infância para cultura, esporte e lazer						
objetivo	70% de readaptação das ações Garantir ações de sustentabilidade direcionadas a primeira infância						
ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Captação de recursos, materiais e equipamentos junto à iniciativa privada, fundações, emendas parlamentares e editais governamentais para qualificar as ações direcionadas à primeira infância no município	40% do total orçamentário para financiamento de ações da Secretaria, voltadas à primeira infância, captados	Orçamento da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer ampliado em 40% por meio das campanhas e ações de mobilização de recursos direcionados à primeira infância	Ações direcionadas à primeira infância ampliada em 60% na secretaria	Entre 2022 e 2024 ampliar em 10% Entre 2025 e 2028 ampliar em 15% Até 2032 ampliar em 40%	Governo Estadual Emendas parlamentares Parceria Pública e privada	SECEL Prefeitura Municipal	SECEL SEMTEPS SEMED Prefeitura Municipal

Quadro V

área temática	Acesso a equipamento urbano						
problemática	Insuficientes espaços de lazer para primeira infância						
indicador do diagnóstico	Necessidade de estruturação de espaços de lazer para primeira infância						
objetivo	Possibilitar o acesso adequado de equipamentos urbanos de lazer para crianças ao longo do território municipal						
ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Construção de 5 espaços direcionados à prática de lazer das crianças na primeira infância	5 espaços de lazer direcionados a primeira infância, construídos	A cada dois anos, 1 espaço de lazer construído	80% das crianças na primeira infância dos cinco territórios acessando os novos espaços de lazer	Até 2024, 01 espaço de lazer construído Até 2026, + 01 espaço de lazer construído Até 2028, + 01 espaço de lazer construído Até 2030, + 01 espaço de lazer construído Até 2032, + 01 espaço de lazer construído	Governo Estadual Emendas parlamentares Parceria Pública e privada	Secretaria de obras e Planejamento	Secretaria Municipal de Obras

Eixo 4

Educação Infantil e a criança

Introdução

Em Benevides, a Lei nº 1.114, de 04 de outubro de 2013, institui o Sistema Municipal de Ensino e dispõe, no seu Artigo 6º sobre a Educação Infantil, nos Incisos I, “educação básica e obrigatória e gratuita a partir dos 4 (quatro) anos de idade na pré-escola (...)” e II, “atendimento educacional gratuito em creche, às crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade”.

A educação integra o conjunto dos Direitos Fundamentais definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, como bem discorre no seu Artigo 53, “a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho”. Quando a legislação expressa a educação enquanto direito, ela considera a garantia de acesso, permanência, participação e aprendizagem de forma equitativa. Assim respeitando a condição de pessoa em desenvolvimento e no caso da primeira infância essa condição exige visibilidade e atenção especial.

Importante destacar que a educação infantil representa um período de permanência da vida criança extremamente decisivo no seu processo de constituição do ser, de seu desenvolvimento e definidor de sua vida presente e futura, como exposto na lei de aprovação do Plano Nacional de Educação em 2001.

A educação infantil [...] estabelece as bases da personalidade humana, da inteligência, da vida emocional, da socialização. As primeiras experiências da vida são as que marcam mais profundamente a pessoa. Quando positivas, tendem a reforçar, ao longo da vida, as atitudes de autoconfiança, de cooperação, solidariedade e responsabilidade (BRASIL, 2001).

E seguindo essa mesma direção, Benevides tem se posicionado no caminho para fazer da educação infantil um espaço que verdadeiramente cumpra seu papel. Dessa forma, se compromete a ampliar significativamente o número de crianças de 0 a 3 anos em creches de qualidade e que favoreçam o seu desenvolvimento.

Todas as crianças pequenas devem ser cuidadas e educadas em ambientes seguros, de sorte que cresçam saudáveis, vivazes, com amplas possibilidades de aprender. A última década fornece mais evidências de que a boa qualidade dos programas de cuidados e educação na primeira infância, na família e em programas mais estruturados, têm impacto positivo sobre a sobrevivência, o crescimento, o desenvolvimento e o potencial de aprendizagem da criança (DIDONET, 2010).

Inspirados na colocação do Vital Didonet, apresentamos a realidade da educação em Benevides e nossa vontade e compromisso institucional e político para execução das ações indicadas no quadro operativo.

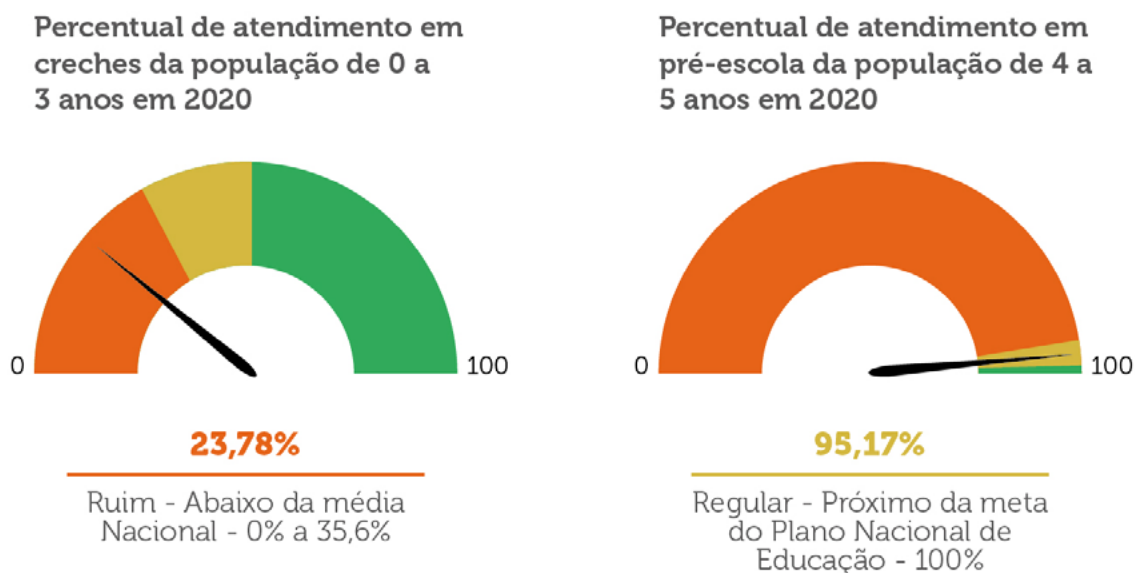
Contexto

Educação Infantil

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e, a partir da Constituição de 1988, passa a ser dever do Estado proporcionar o atendimento das crianças de zero a seis anos. Com a emenda constitucional 59/2009, o ensino se torna obrigatório a partir dos quatro anos e, com isso, o atendimento universal passa a ser para as crianças a partir desta idade. Também é dever do poder público o atendimento das crianças de zero a três anos, ainda que não na totalidade.

A modalidade de ensino subdivide-se em: etapa creche (crianças de zero a três anos) e etapa pré-escola (crianças de quatro a cinco anos).

Gráfico 5: Percentual de atendimento em creches e pré-escola



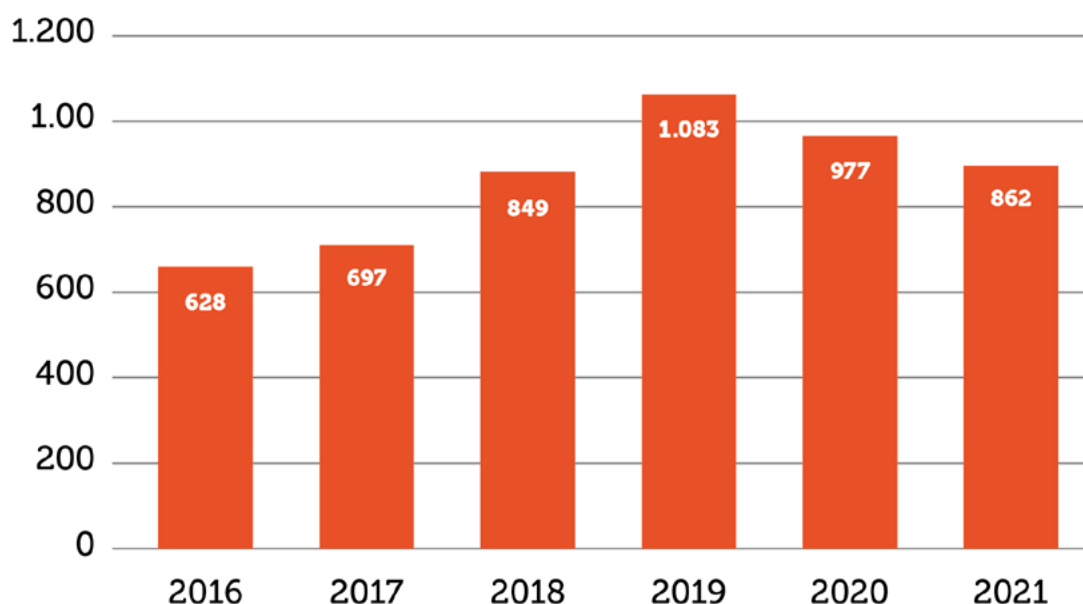
Fonte: INEP

Este indicador evidencia o alcance da meta do Plano Nacional de Educação (PNE) em creches como ruim, já que está abaixo da média nacional, que é de 35,6%; já a situação relativa às pré-escolas é regular, pois está um pouco acima da média nacional de 92,9%. Ainda que o município supere a média nacional no caso da pré-escola, é preciso considerar o período da meta de universalização, até 2016, o que revela um atraso significativo.

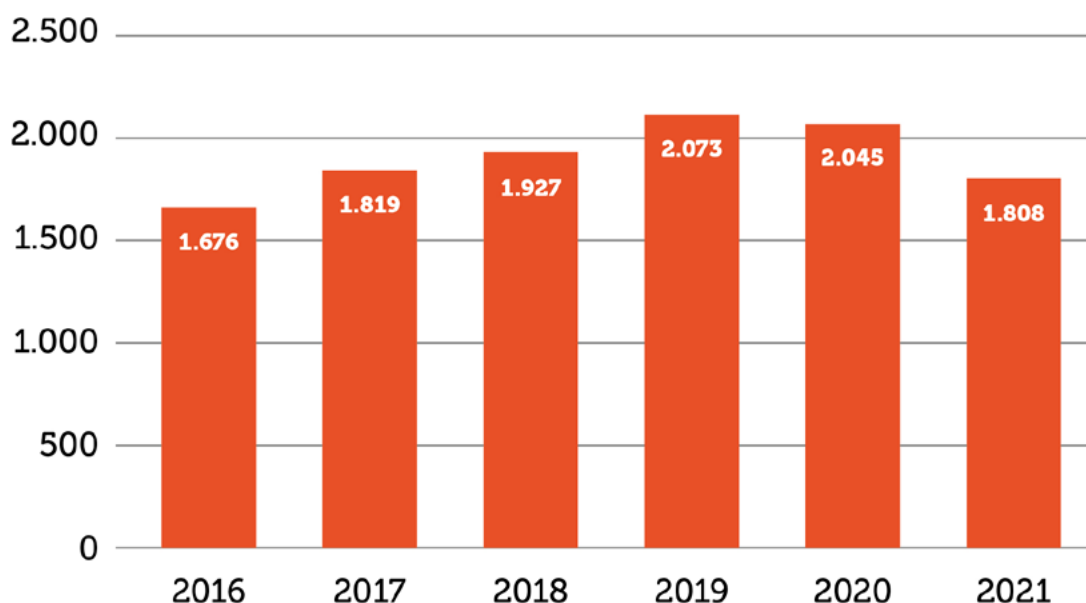
Em Benevides, há o entendimento do compromisso estabelecido no Plano Nacional de Educação – PNE: universalizar, até 2016, a pré-escola e ampliar a cobertura de creches em, no mínimo, 50% até 2024. O desafio posto, para além desses compromissos, é no sentido de estruturar mecanismos para minimizar os impactos da pandemia e suas novas demandas, a exemplo do aumento do número de crianças que antes estavam na rede privada e agora estão migrando para a rede pública.

Gráfico 6 e 7: Matrículas em creche e pré-escola

Educação Infantil - número de matrículas em creche



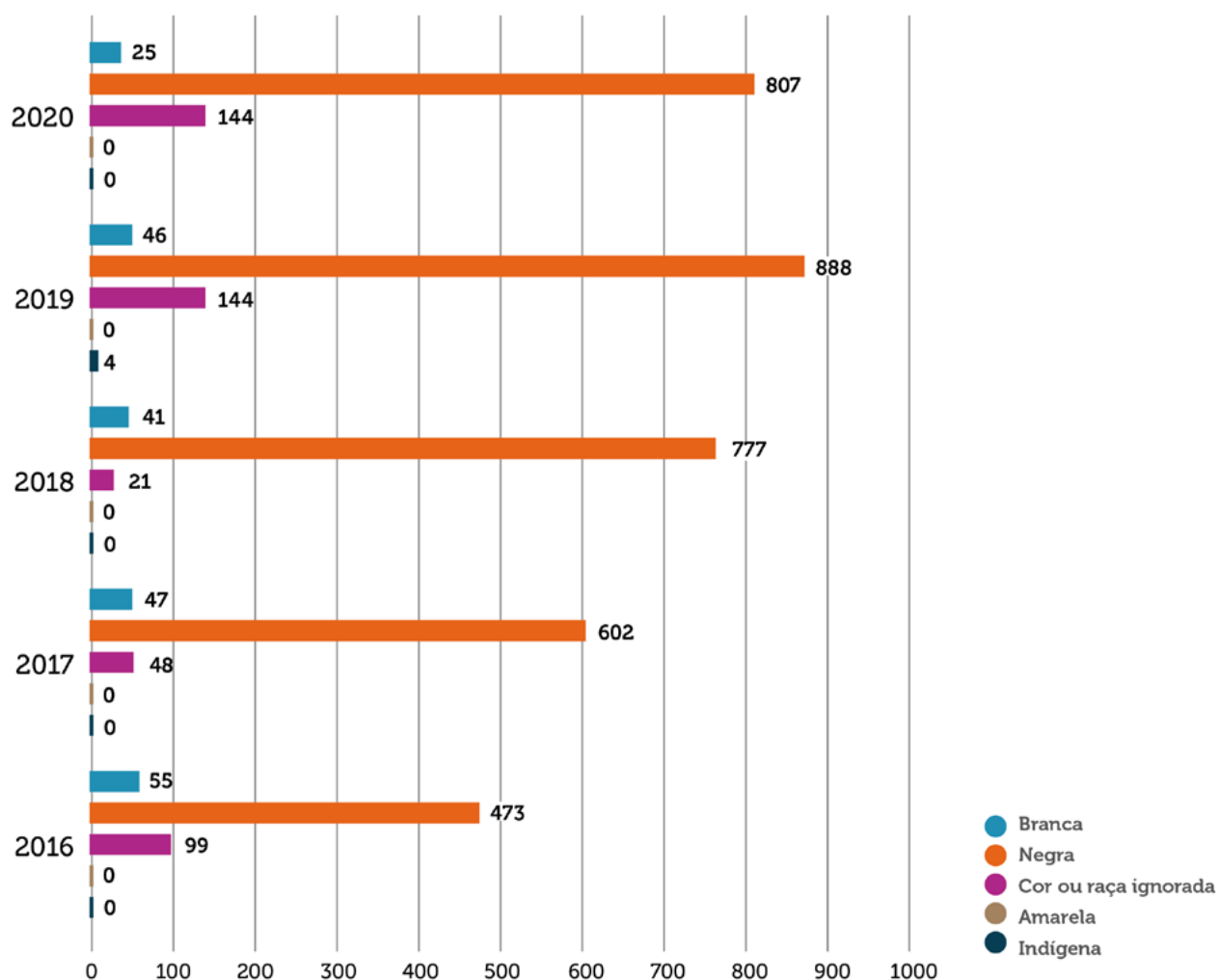
Educação Infantil - número de matrículas em creche



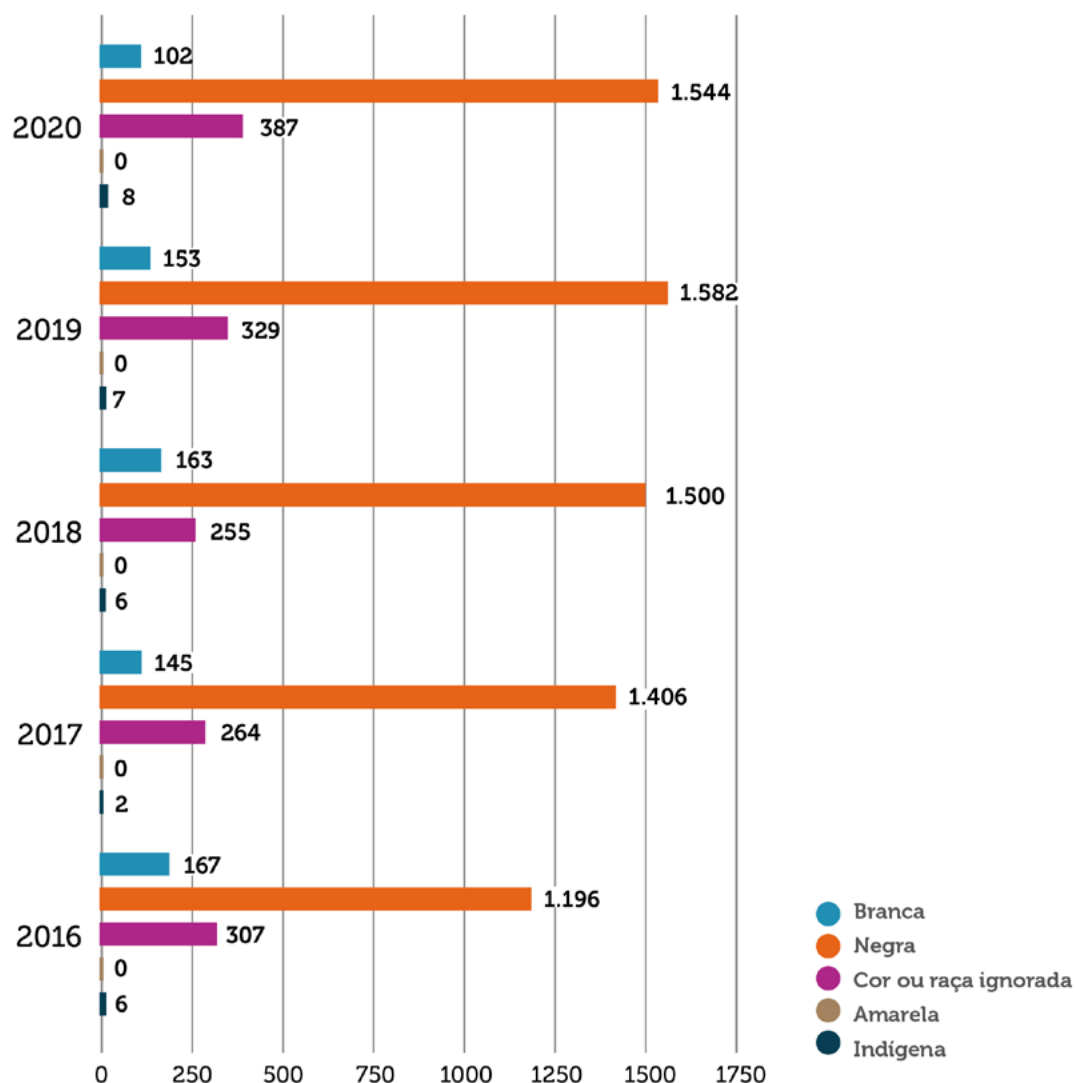
A situação das matrículas em creches, pelos números absolutos de 2020, revela discrepância em relação ao número de crianças fora da creche: 3.489, de um total de 4.486 com idade para acessar esse serviço. É um sinal de alerta, que desafia o município a avançar na aceleração dos processos de garantia do acesso. Em relação à pré-escola, o número reflete um dado negativo, mas o que chama a atenção é o não cumprimento da meta de universalização, estabelecida para 2016. E, se olharmos para 2021, a situação se agrava ainda com o advento da pandemia do COVID 19.

Gráficos 8 e 9: Número de matrículas, segundo cor ou raça, em creches e pré-escola

Educação Infantil - número de matrículas em creches, segundo cor ou raça



Educação Infantil - número de matrículas em pré-escola, segundo cor ou raça



Os dados referentes a matrículas em creche e pré-escola segundo cor ou raça são reveladores de processos sociais e culturais vivenciados na trajetória histórica de constituição do município de Benevides, como o primeiro território da região e o segundo do Brasil a libertar¹ pessoas escravizadas. Analisando os dados acima, constata-se que, em dias atuais, aproximadamente 79% das crianças matriculadas na educação infantil são negras, demandando, não só para a Educação, mas para o conjunto das áreas da gestão municipal, uma atenção diferenciada, que leve em conta as especificidades culturais, sociais, econômicas e de saúde dessa população.

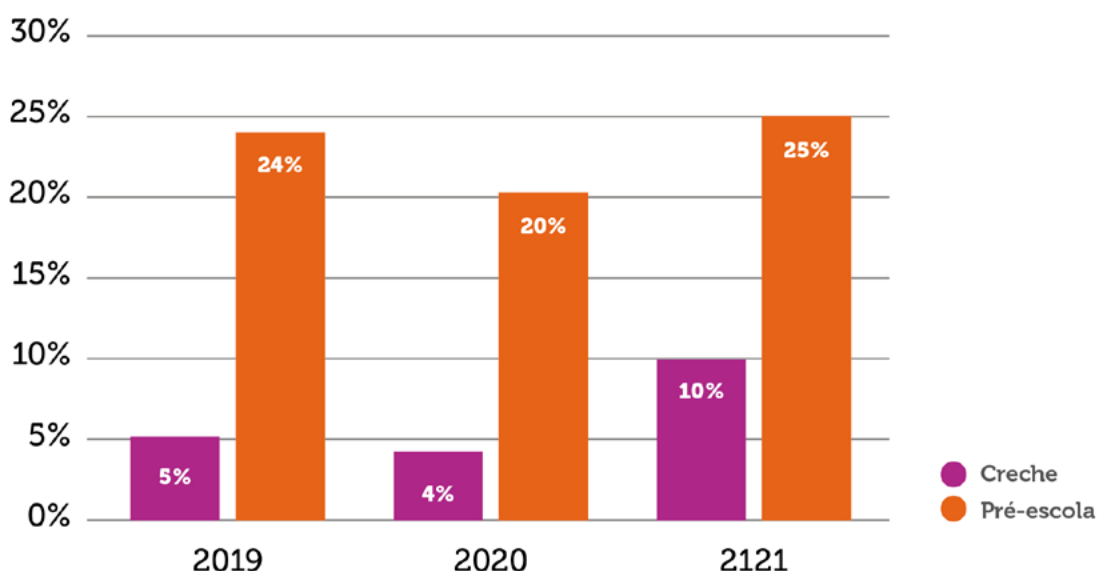
1 O termo "libertar", aqui, está colocado sem a análise de seu significado para os povos negros e sem o aprofundamento histórico-crítico que esse momento da história do Brasil demanda. Portanto, pode e deve ser compreendido como o relato de um fato histórico, sem apresentação de seu contexto.

Acessibilidade

Segundo a definição de Manzini & Corrêa (2014), acessibilidade é uma possibilidade e condição. Garante a utilização dos espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público.

Gráfico 10: Proporção de matrículas em creche ou pré-escola sem recurso de acessibilidade

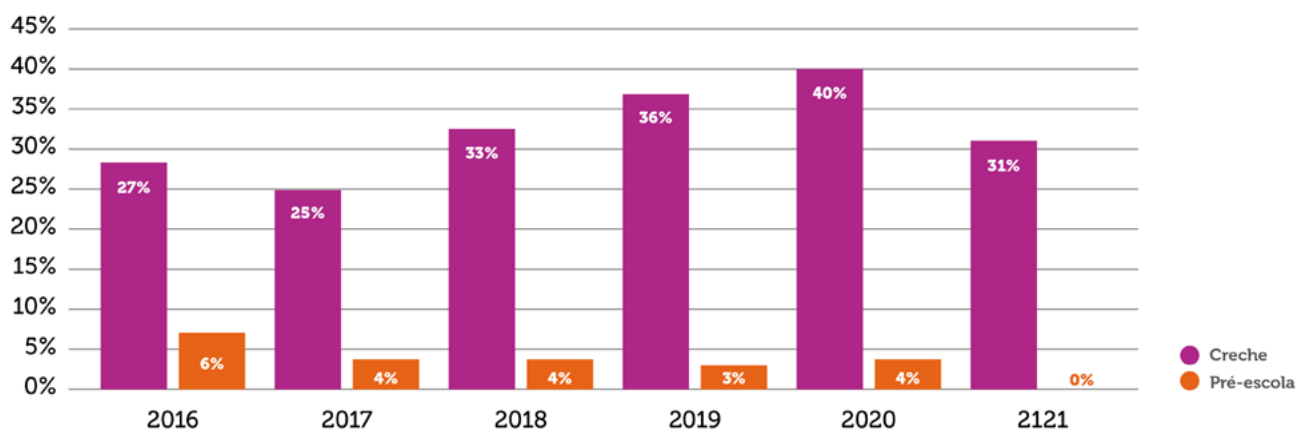
Educação Infantil - proporção de matrículas em creches ou pré-escolas sem recurso de acessibilidade



Os percentuais acima apontam para a necessidade urgente de reduzir esses índices, chegando a um parâmetro de acessibilidade que garanta possibilidades e condições de acesso no percurso até o equipamento, no seu entorno e em suas dependências.

Gráfico 11: Proporção de matrículas em tempo integral

Educação Infantil - proporção de matrículas em tempo integral



Os dados aqui demonstrados trazem à tona os desafios postos para a gestão em relação à educação infantil, destacando o acesso à creche em tempo integral. Em 2021, Benevides só teve 31% das crianças matriculadas em tempo integral, permanecendo a maioria em tempo parcial ou meio período.

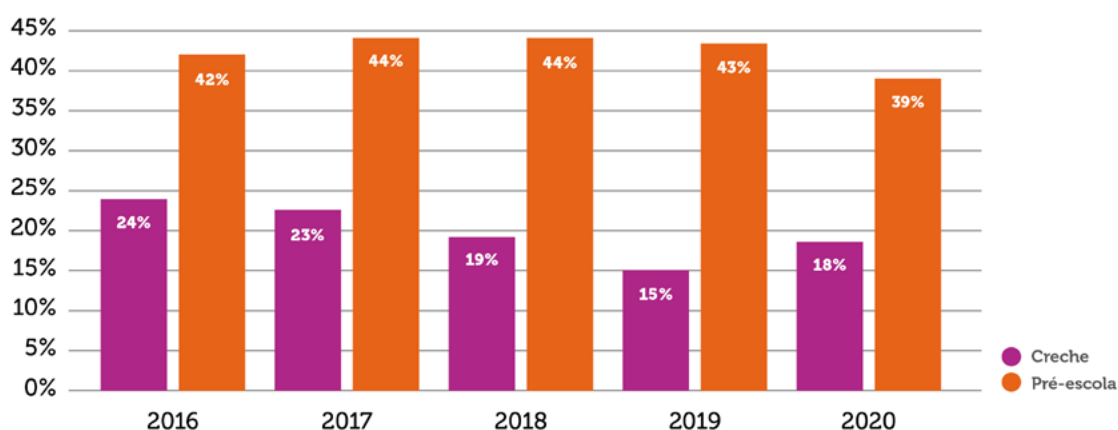
Um efeito da ruptura produzida entre o tempo parcial e o tempo integral na educação infantil é a “dessimbolização” da criança como aluno da educação infantil, ou seja, como alguém cujas responsabilidades institucionais lhe dão garantias de reconhecimento na instituição educativa, além de ser percebido como parte integrante de uma experiência pedagógica única e indivisível da educação básica. (ARAÚJO & SARMENTO, 2015).

A questão acima nos chama a refletir sobre onde estão colocados os elementos de fundo do problema. E, nessa direção, Araújo e Sarmento (2015) reforçam os aspectos envolvidos nessa “polêmica”, trazendo o seguinte: quando a sobreposição dessa ruptura deixa transparecer formas contraditórias de pensar a educação infantil, temos como consequência uma estigmatização da criança em função da sua condição de classe e de sua inserção no tempo integral.

Saneamento básico

Gráfico 12: Proporção de matrículas em creches e pré-escolas com saneamento básico

Educação Infantil - proporção de matrículas com saneamento básico



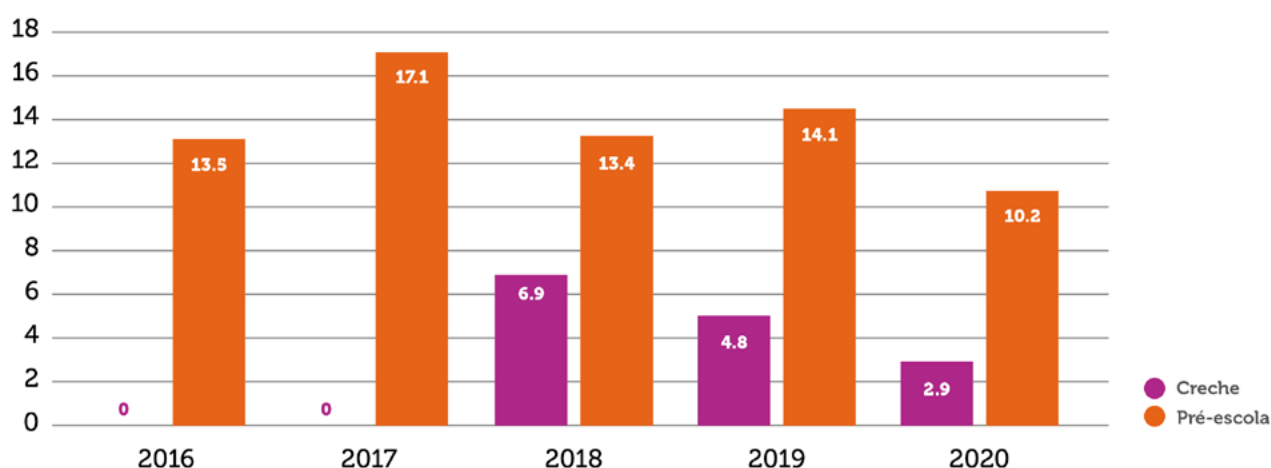
Aqui, é importante observar os itens do indicador de saneamento básico para se ter a noção do quanto esta questão demanda atenção especial dos gestores e do quanto ela é significativa para uma vida escolar saudável das crianças na educação infantil.

A região Norte tem a maior porcentagem de matrículas em escolas sem saneamento básico no país. 75% das crianças matriculadas em pré-escolas e 71% das matriculadas em creches não têm acesso a esses serviços. (Agência Brasil, 2020)

Formação continuada específica para educação infantil

Gráfico 13: Taxa de docentes com formação continuada específica para atuação em creches ou pré-escolas

Educação Infantil - taxa de docentes com formação continuada específica para atuação em creches ou pré-escolas, para cada 1.000 docentes



O destaque desta análise são os números relativos aos docentes de creches, que representam uma diferença significativa se comparados aos índices do Brasil, da região Norte e, em especial, aos números do estado do Pará, já bem inferiores aos da região e do país. Em Benevides, a situação se apresenta mais delicada em relação a creche, apesar das taxas na pré-escola não serem boas, posicionando a questão como um desafio relevante, principalmente neste período de retomada pós COVID-19, considerando os impactos da pandemia na vida das crianças na primeira infância.

Outros aspectos a considerar na análise diagnóstica da educação infantil

Em relação aos serviços, programas e projetos com foco nas crianças de 0 a 5 anos, o município realiza a Comunidade de Aprendizagem. Além do Programa Saúde Escolar (PSE), com foco nas gestantes e puérperas.

Desafios priorizados

Baixo índice de crianças em creches;

Situação precária do saneamento básico;

Insuficiente acessibilidade no trajeto e nos equipamentos de creche e pré-escola;

Baixíssimo índice de formação continuada específica para as equipes das creches e pré-escolas;

Insuficiente desenvolvimento de ações formativas para pais e mães das crianças das creches.

Quadro operativo

Quadro I

área temática	Matrículas na educação infantil
problemática	Baixo índice de crianças na creche e número de vagas (30%)
indicador do diagnóstico	70% de crianças de 0 a 3 anos sem acesso a creche e 5% sem acesso a pré-escola
objetivo	Ampliar para 60% o percentual de atendimento em creche até 2032

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Construção de Centros Municipais de Educação Infantil -CMEIS	03 CMEIS construídos no município com capacidade de atendimento a 1.250 crianças, sendo 1.050 de 0 a 3 anos e 200 de 4 e 5 anos	Capacidade de atendimento às crianças com idade de pré-escola ampliada em 5% no município Capacidade de atendimento às crianças com idade de creche ampliada em 30% no município	60% das crianças de 0 a 3 anos atendidas em creche no município até 2032 100% das crianças em idade de pré-escola atendidas no município até 2026	1 CMEI em 2023 + 1 CMEI em 2026 + 1 CMEI em 2030	Secretaria Municipal de Educação-SEMED FNDE Contra-partida da Prefeitura	Secretaria Municipal de Educação-SEMED Prefeitura	Ministério da Educação Secretaria de Planejamento Secretaria de Administração e Finanças

Quadro II

área temática	Acessibilidade
problemática	Deficiente acessibilidade no percurso até as creches e CMEIS
indicador do diagnóstico	Insuficiente acessibilidade no trajeto e em parte dos equipamentos de creche e pré-escola
objetivo	Garantir acessibilidade em 80% do percurso até as Creches e CMEIS

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Construção de vias acessíveis com as devidas sinalizações para a Primeira Infância, seus cuidadores e Pessoas com Deficiência-PCD	60% das calçadas ampliadas e adequadas a medida padrão de 1,20 cm e 1,50 cm, conforme sua localização 60% das vias sinalizadas, considerando a primeira infância	Acessibilidade às creches e CMEIS garantida em 80% do percurso, até 2032	80% das crianças da educação infantil municipal com acessibilidade garantida até 2032	Construção de acesso para 10% do entorno dos CMEIS-2023 Construção de acesso para + 20% do entorno dos CMEIS-2026 Construção de acesso para + 30% do entorno dos CMEIS-2032	Secretaria de Planejamento Secretaria de Administração e Finanças Prefeitura	Prefeitura	Mobilidade Urbana Transporte Secretaria de Planejamento Secretaria de Administração e Finanças

Quadro III

área temática	Saneamento Básico
problemática	Situação precária do saneamento básico
indicador do diagnóstico	Baixo índice do saneamento básico, condições da água encanada, do esgotamento sanitário e da coleta de lixo
objetivo	Melhorar em 50% a qualidade de acesso a saneamento básico das crianças matriculadas nas creches e CMEIS

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Criação de um plano de implantação de microssistema de abastecimento de água em todas as comunidades Criação de um sistema seguro de esgotamento sanitário. Garantia da assiduidade da coleta de lixo em todo o território do município	1 Microsistema de abastecimento de água implantado no município 1 Sistema de esgotamento sanitário implantado e em funcionamento no município Frota de caminhão de lixo ampliada em 10% no município	Cobertura de abastecimento de água ampliada em 50% no município Cobertura de esgotamento sanitário ampliada em 40% no município Frequência da coleta de lixo melhorada em 30% no município	70% das crianças de creche com acesso a saneamento básico até 2032 90% das crianças na pré-escola com acesso a saneamento básico até 2032	Até 2024 atingir 10% do indicador de resultado Até 2028 atingir + 20% do indicador de resultado Até 2032 atingir + 20% do indicador de resultado	Secretaria de Planejamento Secretaria de Administração e Finanças Prefeitura	Prefeitura	Secretaria de Planejamento Secretaria de Administração e Finanças

Quadro IV

área temática	Formação continuada dos docentes da educação infantil
problemática	Baixa taxa de docentes da educação infantil com formação continuada específica
indicador do diagnóstico	Taxas de docentes de creche inferior a metade das taxas nacionais e de pré-escola abaixo da média nacional
objetivo	Ampliar em 100% as taxas de formação continuada para docentes de creche e em 50% para docentes da pré-escola, tomando como base as taxas de 2018

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Elaboração de Plano Decenal de formação continuada para os docentes de creche e pré-escola	1 Plano Decenal de Formação Continuada elaborado no município	80% dos docentes acessando as formações continuadas específicas para educação infantil	Taxa de docentes com formação continuada específica ampliada para 13.8 (de creche) e 20.1 (de pré-escola)	Até 2024 30% da taxa Até 2028 + 30% da taxa Até 2032 + 40% da taxa	Secretaria de Educação Secretaria de Administração e Finanças Prefeitura	Secretaria de Educação	Ministério da Educação Iniciativa privada (parcerias)

Quadro V

área temática	Formação de pais, mães e responsáveis
problemática	Pais, mães e responsáveis das crianças dos CMEIs com dificuldades de manutenção dos vínculos afetivos saudáveis
indicador do diagnóstico	Fragilidades no vínculo afetivo entre cuidadores e crianças
objetivo	Ampliar em 60% das famílias a qualidade no vínculo afetivo e na relação com a educação infantil

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Elaboração de Plano de Formação Continuada para Cuidadores/as	1 plano elaborado.	50% dos pais, mães e responsáveis das crianças matriculadas em creche e pré-escola participando das rodas de conversas e das palestras	60% das famílias com vínculos afetivos fortalecidos e com maior participação na vida de seus filhos e filhas e da creche e pré-escola	Implantar e implementar um percurso de formação para cuidadores/as, a cada ano	Secretaria de Educação Secretaria de Administração e Finanças Prefeitura	Secretaria de Educação	Secretaria de Saúde Secretaria de Trabalho e Promoção Social
Realização de rodas de conversa sobre a importância para o desenvolvimento na Primeira Infância	8 Rodas de conversas realizadas por ano						
Palestras com especialistas na área da Primeira Infância	4 palestras realizadas por ano						
Palestras com especialistas na área da Primeira Infância	32 visitas domiciliares realizadas por ano	50% das famílias visitadas com suas questões encaminhadas	Formação de cuidadores como uma Política Pública municipal até 2032				
Realização de visitas domiciliares							

Eixo 5

Saúde e a criança

Introdução

O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) reafirma os preceitos legais estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei 8.069 de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nesta Lei definidos no Capítulo I, art. 7º do Direito à Vida e à Saúde, que afirma que a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. Em relação ao segmento de 0 a 6 anos, há prioridades urgentes e mantê-las vivas e com saúde é a primeira delas.

No município de Benevides, as ações no sentido de reduzir a mortalidade infantil, a gravidez na adolescência, o número de crianças com baixo peso ao nascer, assim como de ampliar os índices de cobertura vacinal, de aleitamento materno, do número de consultas pré-natal, entre outras ações em saúde, têm acontecido de forma constante. E, com o fato de Benevides ter sido selecionado para ser um município Urban95, a gestão municipal tem se empenhado em aprimorar e melhorar seus índices de saúde na primeira infância.

É inegável que não podemos deixar de considerar as demandas e os efeitos do período pandêmico, que atingiu todas as políticas públicas em todos os municípios do Brasil, sem falar do quanto devastou o mundo. E a saúde foi um dos setores mais afetados. Assim, trazendo para realidade do município, não poderia ser diferente. Sofremos muito com todos esses impactos, que, em certa medida, contribuíram para piora de alguns índices de saúde, mas que já estamos retomando e caminhando para uma mudança de rumo, na perspectiva de melhores cenários. Diante do exposto acima justifica-se a dificuldade na coleta de dados durante a construção do plano, fato este que trouxe dificuldade em algumas etapas.

Mas, superando as dificuldades iniciais, não podemos perder de vista alguns problemas crônicos, como a gravidez na adolescência, que atinge todas as regiões do país com números preocupantes e, no Norte, essa problemática se apresenta ainda mais gritante. Já estamos estruturando ações concretas para reduzir essas cifras ainda elevadas no município. Contudo, é salutar o lembrete de que essa problemática, mesmo sendo uma questão de saúde pública, em seu escopo maior, se revela e se manifesta como um problema intersetorial.

Por fim, o compromisso da gestão municipal e, especificamente, da Saúde é de avançarmos ainda mais na melhoria do cenário da saúde em Benevides, com preocupação e atendimento prioritário à primeira infância. Compreendemos que as questões levantadas no diagnóstico e suas respectivas ações descritas no quadro operativo revelam nosso comprometimento na perspectiva da prevenção e do cuidado com a saúde na primeira infância e o compromisso de apresentarmos outra realidade depois desses 10 anos de implementação do PMPI de Benevides.

Contexto

É fundamental assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério (pós-parto) e, às crianças, o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis.

Aleitamento materno

Importante componente no processo de desenvolvimento do bebê nos seus primeiros 180 dias de vida (6 meses), o aleitamento materno se apresenta como direito fundamental das crianças.

Os índices de aleitamento materno estão aumentando no Brasil, de acordo com resultados preliminares do Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI) do Ministério da Saúde. Foram avaliadas 14.505 crianças menores de cinco anos, entre fevereiro de 2019 e março de 2020. Mais da metade das crianças brasileiras (53%) continua sendo amamentada no primeiro ano de vida (Ministério da Saúde, 2020).

Sobre Aleitamento Materno Exclusivo: Benevides promove ações de incentivo à amamentação exclusiva, possui certificação do programa federal Amamenta e Alimenta (são 11 unidades certificadas no município), participa do Programa de Aleitamento Materno Exclusivo (PROAME) e realiza os registros de aleitamento materno exclusivo no Sistema de Saúde e nos consolidados municipais.

Sobre a Semana Mundial de Aleitamento Materno – SMAM: o município realiza ações na Semana Mundial de Aleitamento Materno, com a certificação de mães/bebês que concluíram o aleitamento materno exclusivo e promove reuniões e ações educativas nas UBS's, seguindo o protocolo de saúde em relação à pandemia.

Sobre a Semana Mundial do Bebê: foram realizadas ações da Semana Mundial do Bebê em dezembro de 2021, sob coordenação da Secretaria de Assistência Social e em parceria com as demais Secretarias: uma semana de atividades simultâneas, que culminou numa bela caminhada pela defesa e proteção das crianças na primeiríssima infância.brinquedoteca

Sobre o suporte físico para amamentação: Benevides está em processo de adequação dos espaços das Unidades Saúde da Família, implantando um espaço adequado e confortável para amamentação, com poltrona, brinquedoteca, banheiros com fraldário e ambiente lúdico para as crianças se sentirem melhor acolhidas no âmbito da saúde, conforme mostra as imagens a seguir.

ESF Liberdade

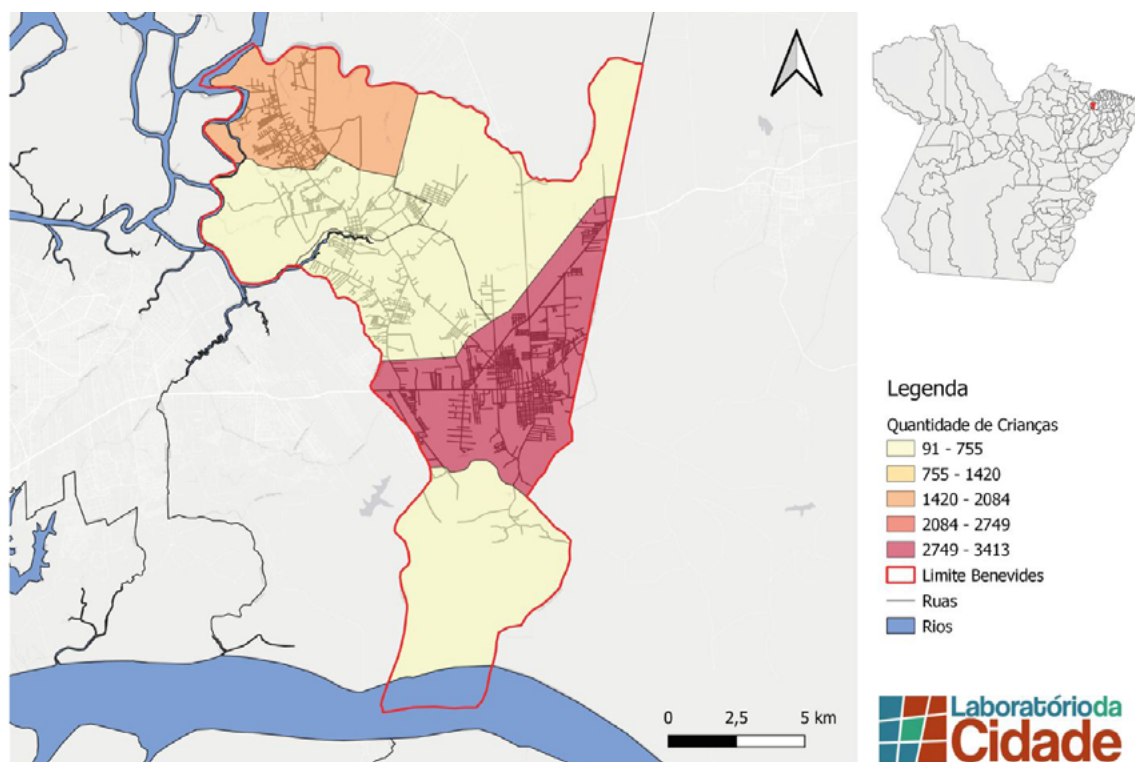




USF Murinin

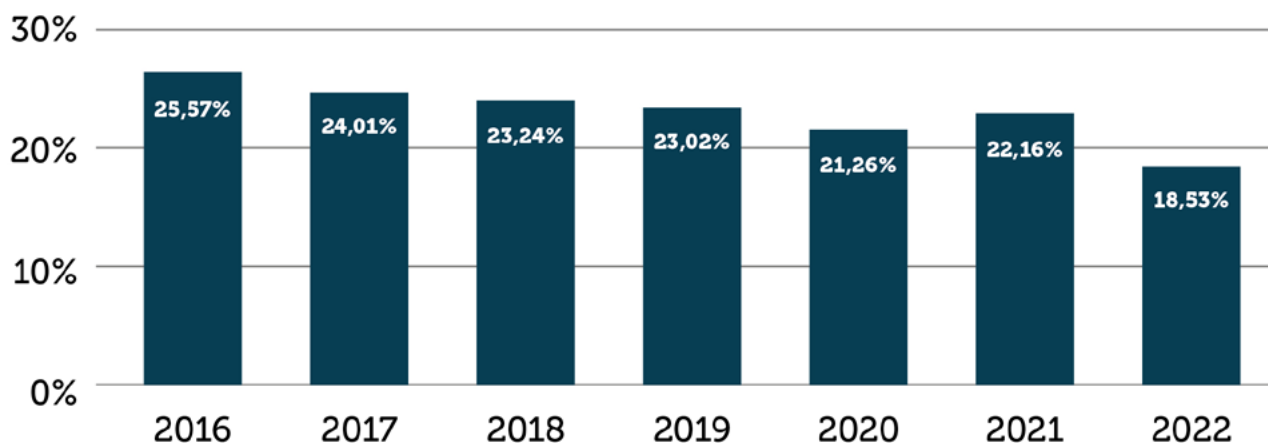


Saúde Materna - Gravidez na Adolescência: A gravidez na adolescência é considerada a que ocorre entre os 10 e os 20 anos, de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS). Apontada como uma gestação de alto risco decorrente das preocupações que traz à mãe e das consequências ao recém-nascido, a gravidez nesta faixa etária pode acarretar problemas sociais e biológicos. No mundo todo, uma em cada cinco adolescentes e jovens dão à luz com menos de 18 anos.



São diversos os fatores relacionados à gravidez na adolescência. Além da descoberta da sexualidade, natural da fase, existem outras questões associadas à maternidade precoce, como pobreza extrema, violência sexual, falta de acesso a métodos anticoncepcionais e casamentos infantis organizados pelas próprias famílias.

Gráfico 14: Percentual de nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos)



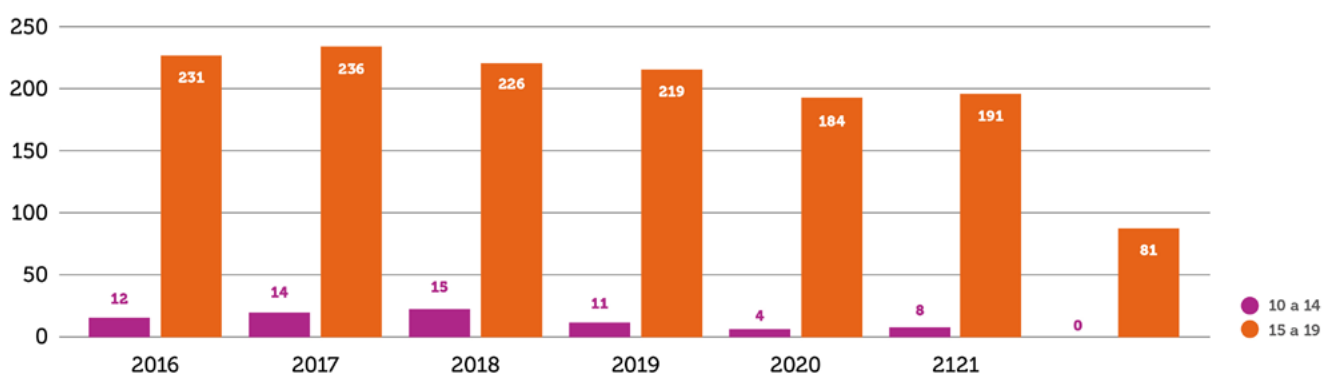
Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2022; SISAB, 2022.

Segundo o Ministério da Saúde, a Região Norte ostenta uma taxa de gravidez na adolescência mais alta do que as demais regiões do país, apresentando também redução mais lenta nas duas últimas décadas (2000/2020).

Segundo os dados levantados e analisando a série histórica, o município de Benevides apresenta altos índices, com redução percentual mínima dos casos de gravidez na adolescência e números semelhantes ao do estado do Pará. Em 2021, o município apresentou 22,16% de nascidos vivos de mães adolescentes (até 19 anos), taxa maior que a da Região Norte (21%) e a do Brasil (14%).

Como forma de intervir diretamente nesta questão, o município de Benevides, com o intuito de diminuir o índice de gravidez na adolescência, está usando estratégias para melhorar o planejamento reprodutivo, assim como o aconselhamento, inserção do DIU e busca ativa para iniciar e manter o planejamento reprodutivo.

Gráfico 15: Percentual de nascidos vivo, segundo idade da mãe adolescente



Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2022; SISAB, 2022.

O gráfico evidencia várias questões, contudo duas precisam ser tratadas com muita atenção: o risco de vida, por serem crianças gestando outras crianças, e a relação destes números com a violência sexual classificada como estupro de vulnerável¹, quando acontece com adolescentes de até 13 anos. Nesses casos é revelada uma situação de abuso sexual, estabelecendo-se a necessidade da notificação aos órgãos do sistema de garantia de direitos. Uma realidade que exige atuação intersetorial, no caso específico e na problemática.

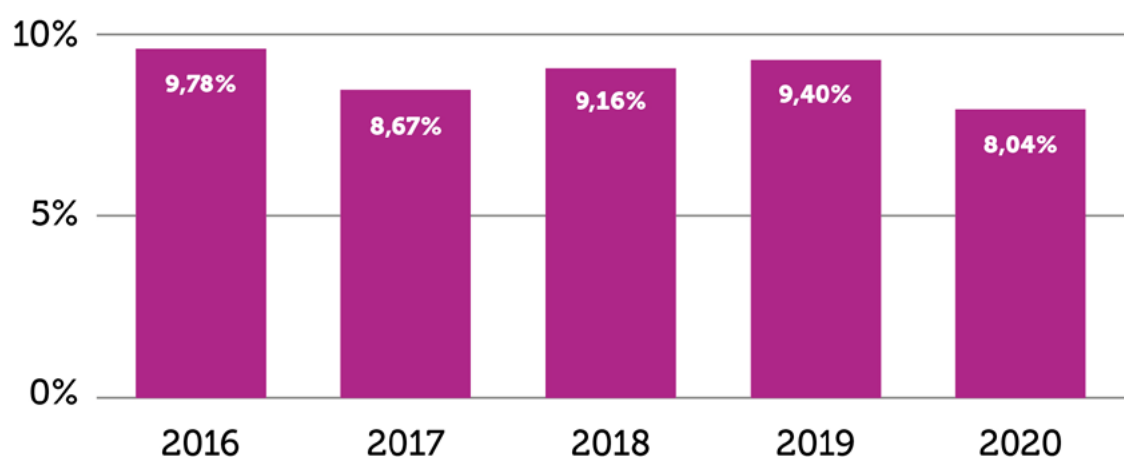
Com o intuito de controlar os casos de gravidez na adolescência, Benevides vai intensificar as atividades de educação em saúde, no formato de palestras e roda de conversa sobre a temática.

1 É considerado estupro de vulnerável manter conjunção carnal ou qualquer ato libidinoso com menor de 14 anos de idade. Conforme a súmula 593 do Supremo Tribunal de Justiça, qualquer desculpa apresentada pelo aliciador será considerada irrelevante, pois o critério é a idade da vítima e não será levada em conta a aparência física e nem qualquer tipo de experiência sexual.

Baixo peso ao nascer

O percentual Baixo Peso é um indicador que aponta a proporção dos bebês que nascem com menos de 2,5 quilos, medida que está diretamente ligada a altas taxas de mortalidade neonatal e a problemas de saúde ao longo da vida da criança. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria, bebês que nascem abaixo deste peso correm um risco de morrer aproximadamente 20 vezes maior do que o de crianças que nascem com peso maior.

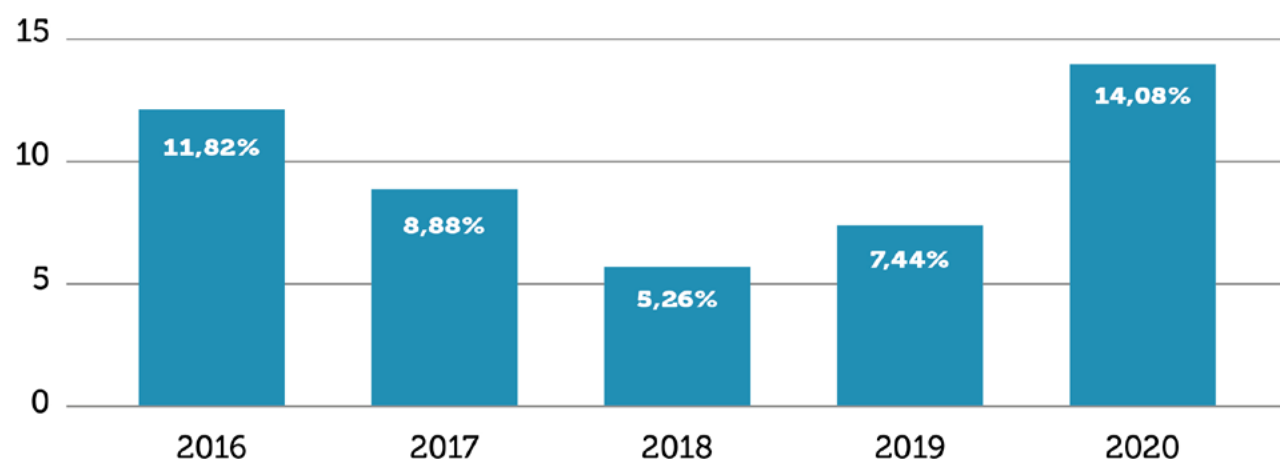
Gráfico 16: Percentual de nascimentos registrados com baixo peso ao nascer



Fonte: MS/SVS/DASIS – Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC, 2022.

Considerando que nascer com baixo peso insere o recém-nascido num rol de riscos de vida, analisando a série histórica, observamos que o município de Benevides apresenta uma estabilidade em seus resultados.

Gráfico 17: Percentual de óbitos de crianças com baixo peso ao nascer

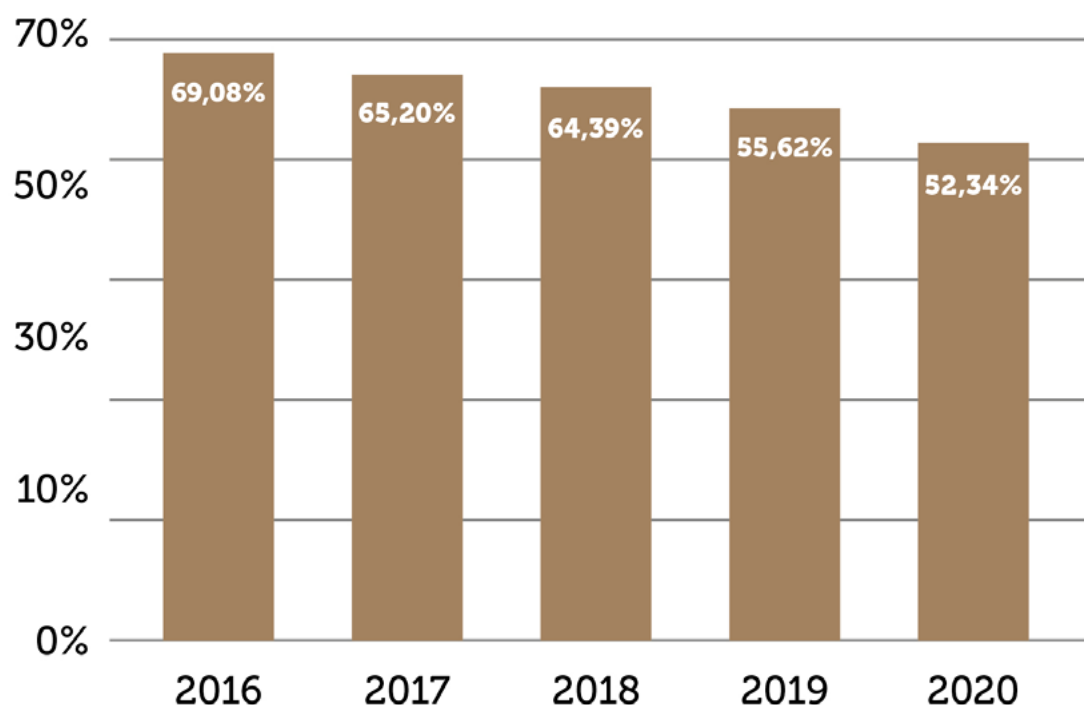


Fonte: MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2022.

Vacinação infantil

É mais do que correto afirmar que as vacinas são responsáveis pela proteção da criança mesmo antes do nascimento, quando os anticorpos da mãe são transferidos para o bebê através da placenta. A vacinação infantil é essencial para a prevenção de diversas doenças, pois ela protege o organismo contra vírus e bactérias e, além de proteger a criança, também protege a sociedade, impedindo a circulação viral.

Gráfico 18: Proporção de cobertura vacinal (Pneumocócica 10, Pentavalente, VIP, Tríplice Viral)



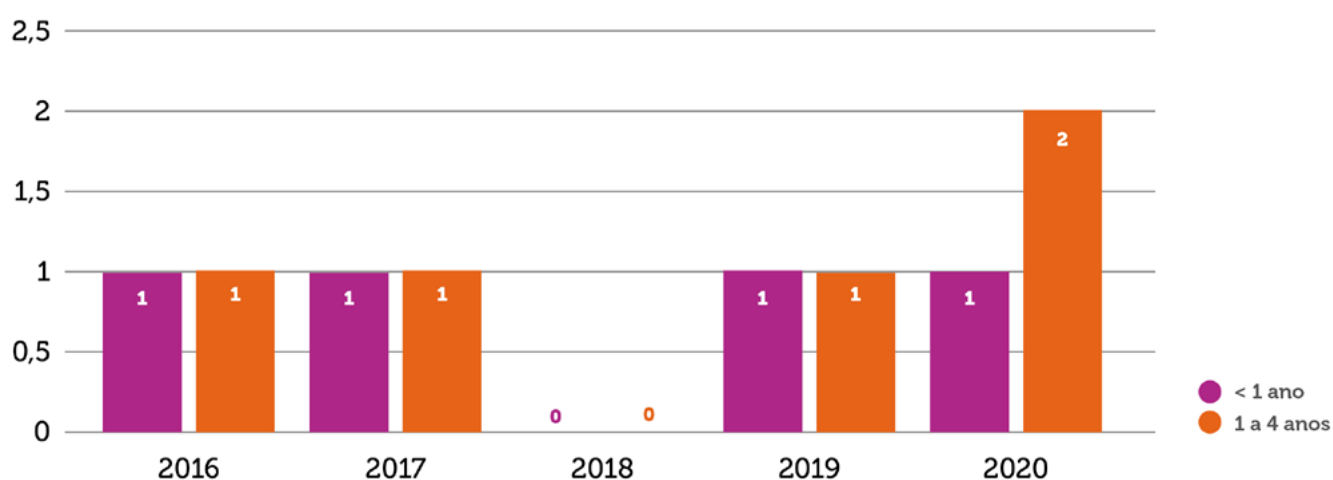
Fonte: MS /Sistema de Informações do Programa Nacional de Imunizações, 2022.

Com a Pandemia e o necessário isolamento social (fique em casa) houve um recuo por parte da população em expor seus filhos a ambientes propícios, ocorrendo a queda na procura do serviço, ainda podemos levar em consideração as subnotificações que ocorreram principalmente em períodos de pico da Covid-19, momento em que a saúde se encontrava com foco no controle dos casos positivos.

Óbitos infantis

O percentual de Óbitos Infantis é um indicador que aponta o número de mortes infantis em um determinado período. No entanto, é importante analisar também a proporção de óbitos infantis que poderiam ser evitados com ações de saúde mais eficientes. Utilizar esta estratégia oferece indicadores que ajudam a potencializar a sobrevivência das crianças e a atuar nas causas evitáveis.

Gráfico 19: Óbitos de crianças até 4 anos



Fonte: MS / Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM, 2022.

O percentual de mortalidade infantil por causas evitáveis aponta a proporção de mortes que poderiam ser evitadas com ações mais eficientes de imunização, assistência a gestantes e ao recém-nascido, melhores condições de parto, diagnósticos e tratamentos mais precisos ou ações de promoção da saúde. Para nós é inconcebível pensar que uma criança morre por causas evitáveis. É importante atuar nessas causas para reduzir esses índices.

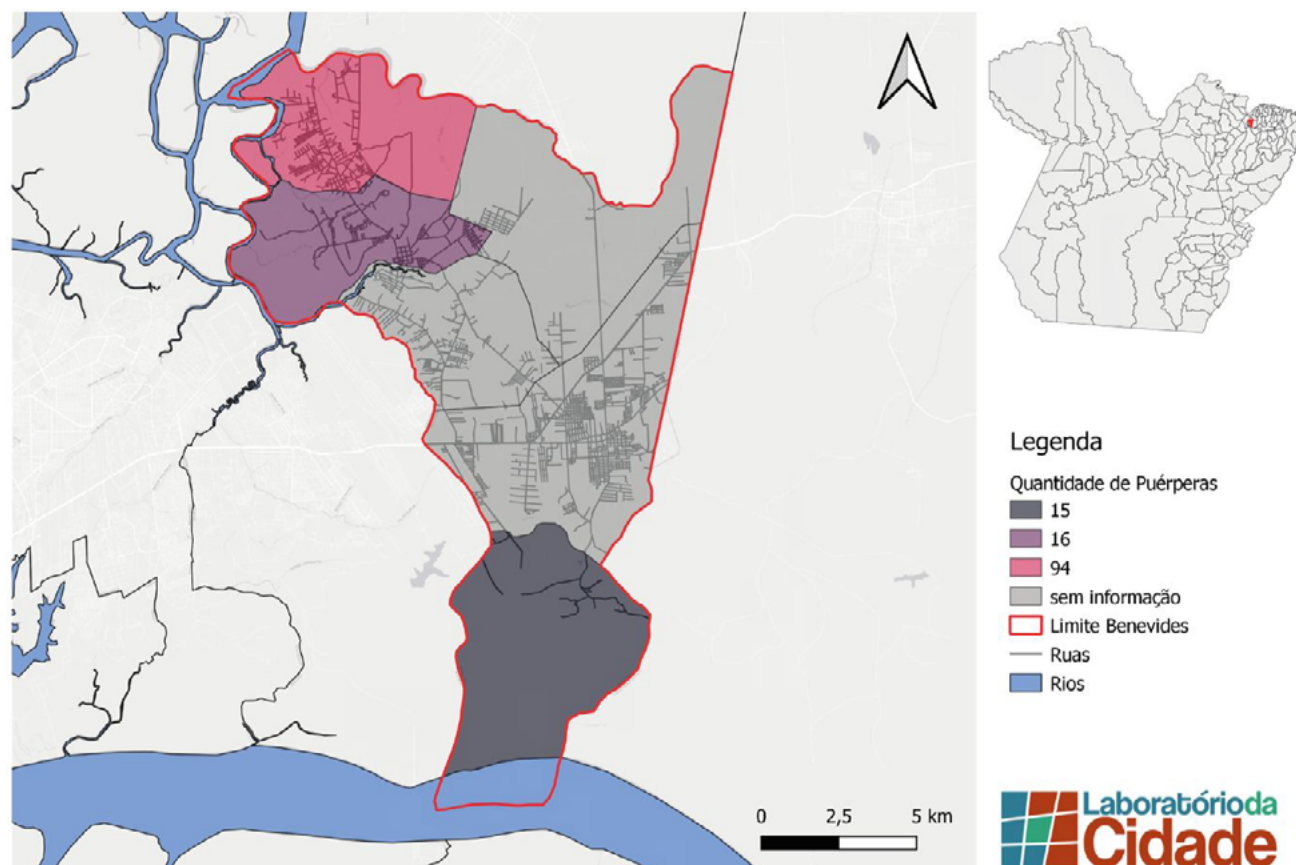
Os dados de óbitos infantis nos anos de 2020 e 2021, tendo como fonte o Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, apontam que em Benevides estes ocorreram devido causas naturais, sendo: má formação, cardiopatias, septicemia, causas pulmonares, PIC, HIC, anormalidades, de placenta, anomalias, obstrução do trato respiratório por inalação de alimentos e traumatismos de parto.

Sobre os serviços, programas e projetos

Com foco nas crianças de 0 a 5 anos: Estratégia Saúde da Família = 25 equipes (93% de cobertura de cadastros válidos); oito (08) postos de coleta para triagem neonatal (teste do pezinho), sendo estes: UES Benfica, UBS Murinin, ESF Médice, ESF Independente, ESF Canutama, ESF Terceira Travessa, ESF Flores, ESF Liberdade; atendimento à pessoa com deficiência (PCD); regulação; Unidade de Pronto Atendimento – UPA; serviço de urgência e emergência do Centro de Saúde Paraíso do Murinin; Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU); Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Centro Especializado de odontologia (CEO); Policlínica Benfica; Programa Saúde da Criança: triagem neonatal (teste do pezinho, olhinho e linguinha); Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil; acompanhamento do crescimento e desenvolvimento; programa de humanização; programa de saúde bucal; Programa de Saúde na Escola; Programa Crescer Saudável; Programa Auxílio Brasil na Saúde; Programa de Suplementação com Ferro, Ácido Fólico e Vitamina A; Estratégias Saúde da Família ganhando espaço para mãe e bebê, favorecendo o aconchego no momento da amamentação.

Com foco nas gestantes: fortalecimento das ações da Rede Cegonha; Programa Saúde da Mulher; Programa Saúde do Adolescente e Jovem; Programa Imunização; Garantia de atendimento odontológico para gestantes.

Com foco nas Puérperas: consulta puerperal; planejamento reprodutivo; Programa Saúde da Mulher; Programa Saúde do Adolescente.



Desafios da saúde relacionados à Primeira Infância:

Desafios priorizados

Identificação e cuidado dos casos de violência, abuso e exploração de crianças com as devidas notificações e procedimentos cabíveis conforme o caso;

Manter a qualidade do pré-natal e busca ativa da baixa adesão da comunidade;

Combater situação dos índices de gravidez na adolescência e seus desdobramentos;

Subnotificação da cobertura vacinal relacionado a falta de registros no banco de dados;

Resistência da população em vacinar as crianças

Quadro operativo

Quadro I

área temática	Violência contra crianças						
problemática	Dificuldade dos profissionais de saúde em identificar e/ou notificar os casos						
indicador do diagnóstico	Ausência de notificações de violência, abuso e exploração no âmbito da saúde						
objetivo	Aperfeiçoar o sistema de registro e notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, na Saúde Básica, com ênfase na primeira infância						
ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Realização de formação continuada no tema da violência contra crianças, fluxo de atendimento e sistema de registros e notificação dos casos, com ênfase na primeira infância	100% dos profissionais da Atenção Básica formados e aptos a registrar e notificar os casos de violência 100% dos casos registrados, sistematizados no banco de dados	100% dos profissionais da atenção básica registrando e notificando os casos de violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na primeira infância Banco de dados alimentado com os registros dos casos	Sistema de registro e notificação dos casos de violência contra crianças e adolescentes, com ênfase na primeira infância, aperfeiçoado até 2024 e 100% alimentado pelos profissionais da Atenção Básica	Realizar Trilhas Formativas a cada ano A cada ano divulgar relatório periódico dos casos de violência contra crianças e adolescentes com ênfase na primeira infância	Ministério da Saúde Secretaria Estadual de Saúde	Vigilância Epidemiológica	Epidemiológica SEMTEPS Educação Conselho Tutelar

Quadro II

área temática	Baixo peso ao nascer
problemática	Baixa adesão ao pré-natal precoce e baixo peso ao nascer
indicador do diagnóstico	Baixo peso ao nascer (8,04% em 2020)
objetivo	Reduzir em 75% o percentual de crianças com baixo peso ao nascer

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Ampliação e fortalecimento da busca ativa a gestantes na comunidade para o início do pré Natal precoce (até 12 semanas). Aplicação da Megadose de vitamina A para puérperas (até 7 dias pós parto). Garantia da aplicação da vacina DTPa na gestante até o terceiro trimestre Realização de campanhas sobre a importância do pré Natal	Ações de busca ativa ampliadas em 50% 80% das puérperas com Megadose de vitamina "A" recebida 80% das gestantes vacinadas com a DTPa 4 campanhas anuais sobre a importância do pré Natal, realizadas	Adesão ao pré-natal precoce ampliada em 50%	Percentual de crianças com baixo peso ao nascer, reduzido para 2,02% até 2028	Até 2024 reduzir em 2% Até 2026 reduzir em + 2% Até 2028 reduzir em + 2%	Ministério da Saúde Secretaria Municipal de Saúde	Unidades básicas de saúde Secretaria Municipal de Saúde	SEMTEPS

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Garantia do aporte nutricional necessário para gestantes em situação socioeconômica desfavorável Garantia do serviço de imagem, USG Obstétrica para gestantes	80% das gestantes em situação socioeconômica desfavorável com aporte nutricional garantido 100% das gestantes com ultra-sonografia garantida	100% das crianças das gestantes em situação socioeconômica desfavorável com aporte nutricional garantido, com aumento de peso ao nascer 80% dos bebês em gestação com acompanhamento garantido para identificação da idade gestacional, crescimento, vitalidade e possível malformação fetal	Aumento do percentual de bebês com peso adequado ao nascer em 6%. 80% dos bebês em gestação, com saúde preventiva garantida	Anual	Ministério da Cidadania Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social Ministério da Saúde; Secretaria Municipal de Saúde	SEMTEPS Secretaria Municipal de Saúde	Saúde Ministério da Saúde

Quadro III

área temática	Subregistro da cobertura vacinal na primeira infância
problemática	Baixo registro vacinal (51,34%, registros de vacinas avaliadas: pneumocócica 10, pentavalente, vip, tríplice)
indicador do diagnóstico	Aumento do registro vacinal
objetivo	Aumentar o registro correto das doses de vacina aplicadas na primeira infância

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Realização de capacitação para o registro correto das doses administradas nas reuniões gerais Sensibilização do profissional responsável sobre o registro imediato do sistema	Aumento do percentual de crianças vacinadas conforme a verificação na base de dados Registro efetivo das doses aplicadas diariamente	Aumento do percentual de crianças vacinadas conforme verificação no banco de dados	Aumentar o percentual em 10% até 2025 Aumentar o percentual em + 15% até 2029 Aumentar o percentual em + 10% até 2032	Até 2032, realizar semestralmente capacitações e oficinas sobre registros vacinais na base de dados	Ministério da Saúde Secretaria Municipal de saúde	Atenção Primária (Unidades de saúde)	Secretaria de saúde (Vigilância em saúde, Vigilância Epidemiológica e Divisão de Imunização, DEAS)

Quadro IV

área temática	Vacinação na primeira infância
problemática	Resistência na procura das vacinas da primeira infância devido ao crescimento dos movimentos antivacina
indicador do diagnóstico	Baixa procura vacinal
objetivo	Aumentar para 80% o percentual de crianças vacinadas

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Implantação de horários alternativos de vacinação Realização de campanha de vacinação na comunidade escolar Realização de campanha de educação em saúde, com foco na importância da vacinação e de sua desmistificação	Horários alternativos de vacinação implantados no município 2 Campanhas anuais de vacinação nas escolas realizadas 2 campanhas anuais realizadas no município	Aumento em 40% do percentual de crianças com a caderneta vacinal completa Ampliação da procura por vacinação em 40%	Percentual de vacinação ampliada em 35% até 2032	Aumentar o percentual em 10% até 2025 Aumentar o percentual em + 15% até 2029 Aumentar o percentual em + 10% até 2032	Ministério da Saúde Secretaria Municipal de saúde	Atenção Primária (Unidades de saúde de saúde	Secretaria de saúde (Vigilância em saúde, Vigilância Epidemiológica e Divisão de Imunização, DEAS)

Quadro V

área temática	Gravidez na adolescência
problemática	Elevado índice de gravidez na adolescência
indicador do diagnóstico	Percentual de 22,16% de nascidos vivos de mães adolescentes
objetivo	Reduzir em 50% o percentual de nascidos vivos de mães adolescentes

ações	metas	indicador de resultado	indicador de impacto	prazo	orçamento e recursos	executor	co-responsável
Implementação de ações estratégicas como a busca ativa, planejamento reprodutivo, aconselhamento, inserção do DIU	100% das Unidades Básicas de Saúde implantando as ações estratégicas	Aumento em 50% do percentual de adolescentes atingidas com as ações estratégicas nas UBS's	Percentual de nascidos vivos de mães adolescentes reduzido em 11,08% até 2032	Reduzir o percentual em 4% até 2025	Ministério da Saúde Secretaria Municipal de saúde	Atenção Primária (Unidades de saúde)	Secretaria de saúde (Vigilância em saúde)
Realização de campanha de prevenção à gravidez na adolescência junto à comunidade escolar	2 Campanhas anuais de prevenção a gravidez na adolescência junto à comunidade escolar realizadas	80 % da comunidade escolar atingida com as campanhas anualmente		Reduzir o percentual em + 4% até 2029			
Realização de campanhas de educação em saúde, com foco na prevenção à gravidez na adolescência para além da de fevereiro	2 campanhas anuais realizadas no município	50% da população de Benevides atingidas com a campanha		Reduzir o percentual em + 3,08% até 2032			

Monitoramento e avaliação

O processo de monitoramento e avaliação do Plano Municipal pela Primeira Infância compreende um conjunto de estratégias, definição de mecanismos, meios e prazos específicos para alcançar êxito no acompanhamento de sua execução no município.

Estratégias

- >> Garantir que cada secretaria ou área específica inclua nos seus planejamentos programáticos e orçamentários anuais as ações contidas no PMPI que estão sobre sua responsabilidade, isso é fundamental para a implementação do plano;
- >> Definir na equipe quem é responsável por acompanhar o processo de execução das ações relacionadas à primeira infância na secretaria ou área;
- >> Elaborar um plano de acompanhamento interno, considerando as ações que serão desenvolvidas em parceria com outras áreas e priorizando as ações intersetoriais.

Mecanismos

- >> Instituir ou definir um organismo intersetorial que fique responsável pelo ciclo de monitoramento e avaliação do plano, podendo ser um comitê ou comissão ou ficar a cargo do Conselho de Direitos;
- >> Elaborar plano de monitoramento e avaliação e manter diálogo sistemático, dentro dos períodos que antecedem o monitoramento e logo após, no sentido de poder contribuir nos procedimentos de coleta de dados e informações acerca da evolução da execução do PMPI, assim como contribuir com as áreas que apresentarem alguma dificuldade na sua implementação;
- >> Elaborar instrumentos para subsidiar a coleta de dados, sua sistematização e análise nos momentos de monitoramento e avaliação.

Meios

Os procedimentos de monitoramento e avaliação podem ser realizados a partir de reuniões técnicas setoriais e intersetoriais e seminários participativos, envolvendo a sociedade civil, conselheiros tutelares, Conselho de Direitos e Setoriais, representantes do Sistema de Justiça e Segurança.

Prazos

O indicado é que o processo de acompanhamento interno setorial seja realizado semestralmente e anualmente, a depender do porte de cada ação assumida. No entanto, é possível indicar um momento de monitoramento anual e de avaliação bienal.

Agradecimentos

Esta parte de agradecimento vem coroar todo um esforço único e inédito para o município de Benevides: a elaboração do Primeiro Plano Municipal da Primeira Infância - PMPI.

Muito mais que conter propostas de intervenção, o PMPI deve ser visto como um Plano de Estado no âmbito do município, que foca no atendimento aos direitos das crianças em uma fase crucial de seu desenvolvimento: a Primeira Infância.

No percurso da elaboração do PMPI, fomos articulando os diferentes setores da administração para, enfim, chegar ao diagnóstico municipal da Primeira Infância e termos a dimensão do segmento e do que se faz necessário investir para, de fato, cumprir com o que é determinado.

O PMPI de Benevides foi construído por muitos atores, tanto do Governo como da Sociedade Civil, em um processo democrático e participativo, complementado pela escuta e participação inovadora das crianças (momento mágico), pois o Plano é para elas.

Nossa missão e responsabilidade com a primeira infância agora está ampliada e sistematizada em forma de documento aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e com a inestimável parceria com a Urban95, que nos trouxe a equipe do CECIP.

Com horizonte nos próximos dez anos, temos o instrumento fundamental no processo de institucionalização das políticas públicas asseguradoras dos direitos das crianças de 0 a 6 anos e o desejo é que esse processo avance politicamente, ganhando estabilidade jurídica e assegurando a sua continuidade enquanto política de Estado no município de Benevides.

Neste momento, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a existência do PMPI, o qual é muito mais do que documento de planejamento que identifica os problemas locais que mais afetam a vida das crianças no município, mas que aponta para objetivos, resultados, metas e estratégias para o seu enfrentamento.

Dedico esse Plano a todos os munícipes Benevidenses, especialmente às crianças e seus cuidadores, por acreditar na frase de Daniel Becker: "Uma cidade boa para as crianças é uma cidade boa para todos". Este plano vem carregado do meu afeto e compromisso com as infâncias do presente e do futuro, para que, desde o momento em que são geradas, as crianças recebam afeto e atenção e lhes sejam garantidos todos os direitos básicos para que cresçam saudáveis e felizes. Temos que lembrar o tempo inteiro de conectar a criança com a cidade, de olhar a cidade a partir do olhar da criança, para que sejam protagonistas da sua própria história, desde a mais tenra idade.



Referências bibliográficas

ARAÚJO, Vânia Carvalho (Org). SARMENTO, Manuel Jacinto... [et al.]. **Educação infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**. Ministério da Educação - Brasília DF. Vitória: EDUFES, 2015.

Agência Brasil. **Mais de 20% das crianças estão matriculadas em escolas sem saneamento**. Por Mariana Tokarnia - Repórter da Agência Brasil - Rio de Janeiro - Publicado em 21/11/2020.

BARBINI, Flávio & RAMALHETE, Filipa. **A praça: Intervenções contemporâneas em espaços de patrimônio**. Urbe: Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.4, n. 2, p.233-244, 2012.

BENEVIDES. **Lei nº 1.114 de 04 de outubro de 2013. Institui o Sistema Municipal de Ensino de Benevides, o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências**. Benevides – PA, 2013.

BENEVIDES. Site da Prefeitura. **Matéria sobre a escuta de crianças para o Plano de Mobilidade Urbana – em 31/08/2021**. Benevides – PA, 2021. <https://benevides.pa.gov.br>

BRASIL, Biblioteca Virtual em Saúde. **Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência**. Ministério da Saúde, Brasília, 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015. 404 p.: il.

BRASIL, **Lei federal nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**, 2001

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Resolução conjunta n.º 01, de 18 de junho de 2009. Brasília, CNAS, CONANDA, 2009. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf Acesso em: 01 jul.2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS**. Resolução CNAS n.º 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf Acesso em: 01 jul.2021

BRASIL, **Marco Legal da Primeira Infância. Lei nº 13.257 de 8 de março de 2016**. Brasília, DF. 2016.

BRASIL, Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim Epidemiológico**.

BRASIL, **Ministério da Saúde. Estudo Nacional de Alimentação e Nutrição Infantil (ENANI)** Brasília, Ministério da Saúde, 2013.

COSTA, Vanzeler, Jocilene. **Violência na primeira infância: uma análise da vitimização de meninos e meninas no Estado do Pará**. Dissertação – Universidade Federal do Pará – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Pará - 2021

COTRIM, Gabriela Souza & BICHARA, Ilka Dias. **O Brincar no Ambiente Urbano: Limites e Possibilidades em Ruas e Parquinhos de uma Metrópole**. Psicologia: Reflexão e Crítica, v. 26, n. 2, p.388-395, 2013.

CARVALHO, R. M. B. & VARGAS, A. (2010). **O contexto histórico das políticas públicas de lazer no Brasil**. Licere, Belo Horizonte, 2010

Centro de Pesquisa e Formação SESC SP. **O Projeto: Bebês no Museu**. 2013.

DARIPA, M, Caldas HMG, Flores LPO, Waldvogel BC, Guinsburg R, Almeida MFB. **Asfixia perinatal associada à mortalidade neonatal precoce: estudo populacional dos óbitos evitáveis**. Rev Paul Pediatr [Internet]. 2013.

DIAS, Barbara Almeida Soares, SANTOS, Edson Theodoro, ANDRADE, Maria Angélica Carvalho. **Classificações de evitabilidade dos óbitos infantis: diferentes métodos, diferentes repercussões?** Cadernos de Saúde Pública Rio de Janeiro, 2017.

DIDONET, Vital (coord.). **Plano Nacional pela Primeira Infância. Rede Nacional Primeira Infância** - Brasília, 2010.

DUARTE, C. M. R. **Reflexos das políticas de saúde sobre as tendências da mortalidade infantil no Brasil: revisão da literatura sobre a última década**. Cadernos de Saúde Pública. 2007; v. 23, n. 7, p. 1511-1528.

FACIROLI, Jéssiva. SIRQUEIRA, Tássio Ferenzini Martins. **Análise espacial da taxa de cobertura do programa Bolsa Família para os municípios brasileiros**. Desenvolvimento Regional em Debate, vol. 7, núm. 2, pp. 118-137, 2017.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA E FUNDAÇÃO JOSÉ LUIZ EGYDIO SETÚBAL. **Violência contra crianças e adolescentes (2019-2021) – Sumário Executivo** – novembro de 2021- São Paulo.

GRABLEWSK, Alexandra. **Cresce na pandemia o número de crianças e adolescentes com excesso de peso: a situação já é considerada uma séria crise de saúde pública**. Revista Veja, Publicado em 17 dez 2021. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/saude/cresce-na-pandemia-numero-de-criancas-e-adolescentes-com-excesso-de-peso/>.

MANZINI, Eduardo José. CORRÊA, Priscila Moreira. **Avaliação de acessibilidade na educação infantil e no ensino superior: ABPEE**, São Carlos, 2014.

OBSERVATÓRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA. **Guia Formativo: Monitoramento de Políticas Públicas pela Primeira Infância**. 1ª Edição, 2020.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Recomendações da OMS sobre atendimento**

pré-natal para uma experiência gestacional positiva: Resumo Destaques e mensagens principais da Recomendação Global para Atendimento Pré-natal. USAID from the American People. Janeiro/2018.

PROTEJA. **Estratégia Nacional para Prevenção e Atenção à Obesidade Infantil: orientações técnicas.** Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção Primária à Saúde, Departamento de Promoção da Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

RNPI, Rede Nacional Primeira Infância. ANDI Comunicação e Direitos. **Plano Nacional pela Primeira Infância – 2ª Edição (revisada e atualizada).** Brasília/DF, 2020.

RNPI, Rede Nacional Primeira Infância. ANDI Comunicação e Direitos. **Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância.**

RNPI - Rede Nacional Primeira Infância. **A Criança e o Espaço: a cidade e o meio ambiente.** Brasília, 2017.

RNPI, Brasília, 2020. SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Adolescência. **Manual de Orientação: Saúde de Crianças e Adolescentes na Era Digital.** Rio de Janeiro, 2016.

SARMENTO, M. J. et. al (2007). **Políticas públicas e participação infantil.** Educação, Sociedade & Culturas, Porto, 17 (25), pp. 183-206.

SBP, Sociedade Brasileira de Pediatria. Mensagem aos Pediatras Brasileiros. Departamento Científico de Neonatologia. **Novembro: Mês da Prevenção da Prematuridade.** 17 de novembro: Dia Mundial da Prematuridade.

UNICEF/OIT. **Trabalho infantil: estimativas globais para 2022, tendências e o caminho a seguir.** Publicação conjunta UNICEF/OIT, junho de 2021.

